



UFC

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FEAAC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

IVAN MAIA FERNANDES BARROSO

**DAS RIQUEZAS NACIONAIS AO ESTUDO DO PLANO REAL:
ENTENDENDO O EMPOBRECIMENTO PLANEJADO**

FORTALEZA, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
IVAN MAIA FERNANDES BARROSO

**DAS RIQUEZAS NACIONAIS AO ESTUDO DO PLANO REAL:
ENTENDENDO O EMPOBRECIMENTO PLANEJADO**

Monografia apresentada à banca para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa

**FORTALEZA
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B285r Barroso, Ivan Maia Fernandes.
Das riquezas nacionais ao estudo do Plano Real : entendendo o empobrecimento planejado / Ivan Maia Fernandes Barroso. – 2019.
68 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa.
1. Plano real. 2. Indústria e riqueza. 3. Teoria marxista da dependência. 4. Subdesenvolvimento. 5. Endividamento público. I. Título.

CDD 330

IVAN MAIA FERNANDES BARROSO

**DAS RIQUEZAS NACIONAIS AO ESTUDO DO PLANO REAL:
ENTENDENDO O EMPOBRECIMENTO PLANEJADO**

Monografia apresentada à banca para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa

Aprovada em: 09/12/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Júlio Ramon Teles da Ponte
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

É com um sentimento de extravasamento de emoções que escrevo esta parte do trabalho. Extravasamento da alegria de ter a oportunidade de concluir este curso. Quero, portanto, distribuir os agradecimentos da forma mais justa possível, embora saiba que inevitavelmente haverá omissões, e por elas eu me desculpo antecipadamente.

Mas, agradeço o apoio fundamental de minha família, notadamente meus pais, matéria-prima e artesãos do meu caráter, e minha irmã (esta indispensável nessa caminhada graças aos socorros prestados nos momentos críticos), ao Viês – Núcleo de Economia Política, onde adquiri mais conhecimentos relativos à economia do que propriamente na maioria das cadeiras aqui ofertadas, especialmente aos amigos Fabio Sobral, Júlio Ramon, Anderson, Mateus, Jadson, Gabriel, Eduardo, Milena, Átila, Ingredy, Yara, entre outros. Aos professores André Ferreira, Aécio Oliveira, Ireleno Benevides, Alfredo Pessoa, Jaqueline Franco, Ana Maria, entre outros, pelo conteúdo ensinado em seus cursos e a boa convivência neles gestada. Ao Jorge da coordenação, funcionário exemplar, que não mede esforços para ajudar a resolver os problemas e pendências dos alunos que lhe solicitam o auxílio. Ao meu professor e orientador Fernando Pires, por ser um orientador presente, proativo, sugestivo, e crítico. E aos meus amigos Tom, Márcio, Paulo Vitor, e Mariana.

A lista se prolongaria por pelo menos mais dez páginas, mas a estrutura do trabalho me impele a interromper aqui os agradecimentos, e... Obrigado!

*“Segui il tuo corso, e lascia
dir le genti!”
[Segue o teu curso, e deixa a
gentalha falar!]*

Karl Marx
Londres, 25 de julho de 1867

RESUMO

Este trabalho é composto por 5 capítulos mais as referências, a começar pela Introdução, onde são apresentados: i) o problema de pesquisa, que consiste na investigação da história da estrutura produtiva industrial brasileira à luz da teoria marxista, mas utilizando também o apoio de autores clássicos da historiografia econômica nacional; ii) os objetivos, que se apresentam no formato da compreensão dos principais efeitos do maior plano antiinflacionário já praticado no Brasil sobre a indústria nacional, o Plano Real; iii) as hipóteses, que postulam a correta análise do surgimento da indústria no Brasil a partir de impulsos externos, a influência que exerceu na industrialização brasileira a crise mundial dos anos 1930 concatenada com as ações estatais, assim como as consequências financeiras e de produtividade do modelo de acumulação de capital adotado durante os Governos de Kubitschek e os Governos militares, o surgimento da inflação em taxas altas e persistentes, e, após a redemocratização, os impactos deletérios do Plano Real sobre a renda, o emprego, as contas públicas, e a produção; iv) e a justificativa, que trata de explicar porque é urgente debruçar-se sobre o assunto da produção industrial, do endividamento público e como esses fatores se desenvolveram na história e mantêm o Brasil na condição de país subdesenvolvido e dependente. Apesar de estes parecerem temas distantes e desimportantes ao observador menos atento, apenas compreendendo a sua lógica formadora é possível pensar a superação da miséria material e cultural vivida em solo tupiniquim.

ABSTRACT

Ce travail est composé de 5 chapitres plus les références, commençant par l'introduction, où sont présentés: i) le problème de recherche, qu'est l'investigation de l'histoire de la structure productive industrielle brésilienne selon la théorie marxiste de la dépendance, mais en utilisant aussi le support des auteurs classiques de l'historiographie économique nationale; ii) les objectifs, qui se présentent sous le format de la compréhension des principaux effets dans l'industrie du plus grand plan économique de combat de l'inflation déjà pratiqué au Brésil, le Plan Real; iii) les hypothèses, postulant la correcte analyse du surgissement de l'industrie au Brésil à partir de des incitations extérieures, l'influence qu'a exercé sur l'industrialisation brésilienne la crise des années 1930 associée aux actions de l'État, bien comme les conséquences financières et de productivité dues au modèle d'accumulation du capital adopté sous Kubitschek et les militaires, l'émergence de l'inflation à des hauts et persistents taux, et après la redémocratisation, les impacts négatifs du Plan Real sur les revenus, l'emploi, les comptes publics, et la production; iv) et la justification, qui explique pourquoi est-il urgent d'étudier le domaine de la production industrielle, de l'endettement public et comment ces facteurs se sont développés dans l'histoire et maintiennent-ils le Brésil sous la condition d'un pays sous-développé et dépendant. Malgré que ces sujets apparaissent désimportants à l'observateur moins attentif, seulement par comprenant sa logique fondatrice il est possible de penser le dépassement de la misère matérielle et culturelle vécues actuellement au Brésil.

Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	12
1.1.	PROBLEMA.....	12
1.2.	OBJETIVOS.....	12
1.3.	HIPÓTESES.....	12
1.4.	JUSTIFICATIVA.....	13
1.5.	METODOLOGIA.....	14
1.5.1	INTRUMENTOS DE MEDIDA DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS.....	14
2.	A RIQUEZA DE UMA NAÇÃO E A SITUAÇÃO BRASILEIRA.....	16
2.1.	RIQUEZA.....	16
2.2.	INDÚSTRIA.....	17
2.3.	A SITUAÇÃO BRASILEIRA.....	20
2.3.1.	DEPENDÊNCIA.....	22
2.3.2.	DESLOCAMENTO DO EIXO DINÂMICO DA ECONOMIA (OU: A OPORTUNIDADE GERADA PELA EXCEÇÃO)	22
3.	ORIGENS E POLÍTICAS DE COMBATE DA INFLAÇÃO PRÉ-REAL.....	25
3.1.	DESTAQUES HISTÓRICOS DA CORRELAÇÃO ENTRE O SETOR PRODUTIVO E PREÇOS NO BRASIL.....	26
3.1.1.	KUBITSCHK.....	26
3.1.2.	O “MILAGRE”.....	27
3.1.3.	CRISE DA DÍVIDA.....	28
3.1.4.	INDÚSTRIA NOS ANOS 1980.....	31
3.2.	TENTATIVAS DE CONTER A INFLAÇÃO PRÉ-REAL.....	31
3.2.1	O CRUZADO.....	33
3.2.2	O FRACASSO DO CRUZADO.....	33
3.2.3	COLLOR.....	33
3.3.	UM MODELO À PROCURA DE LABORATÓRIO: UM PROJETO PARA A AMÉRICA LATINA.....	36
3.3.1.	ESTRUTURA DE PREÇOS RELATIVOS E CONGELAMENTO.....	36
4.	O PLANO REAL.....	38
4.1.	AJUSTE FISCAL.....	38
4.2.	A URV.....	39
4.3.	A ÂNCORA CAMBIAL.....	40
4.4.	O REAL.....	41
4.4.1.	O IMEDIADO PÓS-REAL.....	42
4.4.2.	ELEIÇÕES DE 1994... ..	43
4.4.3.	AS REFORMAS DO ESTADO E DA ECONOMIA.....	44
4.5.	LIMITAÇÕES ESTRUTURAIS.....	48
4.5.1.	A CRISE DA RÚSSIA.....	52
4.5.2.	O ACORDO COM O FMI EM DEZEMBRO DE 1998.....	54
4.5.3.	ANÁLISE COMPARATIVA DA BALANÇA DE PAGAMENTOS NOS PERÍODOS PRÉ E PÓS-REAL.....	55
4.5.4.	DÍVIDA EXTERNA.....	58
4.5.5.	DÍVIDA INTERNA, DEPENDÊNCIA E DESMANTELAMENTO DA RIQUEZA NACIONAL: A ESTEIRA DO REAL.....	59

5. CONCLUSÕES..... 66

1. INTRODUÇÃO

1.1. PROBLEMA

Como nasceu e se maturou a indústria brasileira na história, e qual foi, à luz da teoria crítica da Economia Política inaugurada por Marx, o efeito do Plano Real sobre a indústria nacional, sobre as contas públicas, e sobre as classes sociais no Brasil?

1.2. OBJETIVOS

1. Investigar a história da indústria no Brasil
2. Analisar as principais práticas adotadas no Plano Real
3. Analisar as consequências econômicas e políticas do Plano Real.

1.3. HIPÓTESES

1. A indústria brasileira nasce ao fim do século XIX a partir de impulsos externos.
2. Após a crise mundial dos anos 30 do século XX e da revolução de 1930 no Brasil a fase de maturação mais forte da indústria nacional se inicia a partir de maior planejamento estatal.
4. A partir do Plano de Metas a implantação da indústria no Brasil aprofunda o seu caráter dependente.
5. O modelo adotado nos governos militares mantém e intensifica a dependência.
6. As políticas adotadas pelo Plano Real contribuíram para o enfraquecimento da indústria nacional.
7. As políticas adotadas pelo Plano Real contribuíram para o endividamento financeiro do Estado, gerando déficits recorrentes nas contas públicas.

8. O endividamento estatal foi utilizado como justificativa para as privatizações.
9. A dívida pública, na sua face externa ou interna, apresenta-se como variável fundamental de bloqueio da superação do subdesenvolvimento.

1.4. JUSTIFICATIVA

É relevante o fato de que na universidade brasileira, mesmo nos cursos de economia, não se aborde com a merecida profundidade o Plano Real, uma das bases fundadoras do pacto social atualmente vivido no Brasil, e principal responsável pela estagnação do País dentro da Divisão Internacional do Trabalho (DIT). No ato de internacionalizar-se – objetivo alegado pela academia (OURIQUES, 2015) – resta, contudo, a tarefa básica de entender a própria história.

[...] Uma das primeiras medidas da ditadura [cívico militar de 1964] foi a implementação da “reforma universitária”, para a qual o governo contou com o ‘apoio’ dos Estados Unidos por meio de uma conhecida agência chamada USAID. [...] o relatório MEC-USAID [...] recomendava [entre outras coisas] de maneira expressa que seria necessário encher o currículo de economia com problemas nacionais.

[...] o fato curioso fica por conta do desprezo destinado a essa recomendação pelas autoridades instaladas no Ministério da Educação durante a ditadura.

[...] As sucessivas mudanças curriculares [...] [até os dias atuais] jamais adotaram a recomendação da USAID.

[...] Na prática muitos alunos ‘testam’ aqui um modelo matemático elaborado por um professor universitário dos Estados Unidos, no qual nosso país aparece como ‘estudo de caso’. (OURIQUES, 2015, pp. 175-176).

Não se trata de negar o conhecimento produzido por autores de nacionalidades distintas, mas pelo contrário, de utilizá-lo como instrumento de análise da história da formação econômica mundial e nacional. É suficiente um olhar mais acurado sobre a história da América do Norte – mais precisamente os EUA – e da Europa Ocidental – Reino Unido, Alemanha e França – para encontrar os autores cujo pensamento é a base da constituição das nações-potência que hoje são seus respectivos países, que defenderam com vigor os interesses das suas nações, e/ou de sua classe (NAPOLEONI, 1978).

Adam Smith, David Ricardo, Alexander Hamilton, Friedrich List, Karl Marx, entre outros, foram pensadores de raízes profundamente nacionais e regionais. Ressalvada a tendência acadêmica a universalizar as teses da análise marxiana, ainda assim resta a influência das suas raízes geográficas. Referindo-se ao desenvolvimento econômico na Rússia,

Marx negou fazer filosofia da história e restringiu o alcance das análises de *O Capital* à história da Europa Ocidental. Para ele, somente estudando separadamente cada um dos casos e comparando-os é que se poderia encontrar ‘a chave do fenômeno, mas nunca chegaríamos a ela com o *passe-partout* de uma teoria histórico-filosófica geral, cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica’. (NAKAMURA, 2018, p. 5).

Portanto, para pensar a superação das travas do subdesenvolvimento no Brasil é necessário investigar: o setor da economia com maior potencial de produção de riquezas, a indústria; a história deste setor na economia brasileira; a avaliação das consequências da aplicação do Plano Real para a indústria brasileira e; as rupturas e continuidades das políticas econômicas no período imediatamente após os governos executores do Plano.

1.5. METODOLOGIA

1.5.1. INSTRUMENTOS DE MEDIDA DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

Toda a reflexão construída neste trabalho pressupõe a capacidade de registrar contabilmente as transações econômicas de qualquer país com o resto do mundo, que é resumida no **balanço de pagamentos**, que contém, grosso modo, as seguintes contas (SOUZA, 2009a):

I. Balança de transações correntes

- a. - Comercial → registro de importações e exportações;
- b. - Serviços → remuneração de “fatores estrangeiros” como juros, lucros, dividendos, fretes, royalties, turismo, etc;

- c. - Transferências Unilaterais → doações, remessas de migrantes;

II. Conta de capital e financeiro (ou balança de capitais)

- a. - Investimento direto estrangeiro (IDE), empréstimos, financiamentos, aplicações em carteira, etc.;
- b. - Movimento de capitais compensatórios: recorre-se a organismos multilaterais como FMI, BIRD, BID para obter empréstimos ou emprestar;

III. Reservas cambiais

- a. - Quantidade de divisas, ouro, e obrigações de outros países para conosco.

É importante salientar que todas as contas supramencionadas são variáveis de fluxo. Portanto, elas são capazes de medir, **durante um determinado período contábil**, um ano, por exemplo, se o país pagou mais em juros ao exterior ou recebeu mais em juros do exterior, se remeteu mais lucros do que recebeu, se investiu mais no exterior ou o contrário, e se para aquele período entraram mais ou saíram mais divisas do país.

Além disso, em caso de déficit ou superávit somados os saldos da balança de transações correntes e da balança de capitais, será feita uma compensação contábil pela rubrica Reservas cambiais de modo a zerar o saldo de todo o Balanço de pagamentos, como manda a regra do equilíbrio contábil.

2. A RIQUEZA DE UMA NAÇÃO E A SITUAÇÃO BRASILEIRA

2.1. RIQUEZA

O conceito de riqueza derivado dos autores clássicos da Economia Política raramente encontra oposição teórica sólida.

Em superação aos mitos mercantilistas e metalistas segundo os quais a origem da riqueza das nações seria o contínuo superávit da balança comercial (exportar mais do que importar), Adam Smith enuncia a raiz da riqueza de uma nação como sendo a divisão do trabalho (SMITH, 1980).

Para Smith, essa causa [a causa do aumento da capacidade produtiva do trabalho] pode ser encontrada na *divisão do trabalho*, ou seja, na redução progressiva do número das diversas operações produtivas levadas a cabo por um único trabalhador ao longo de um processo que apresenta como extremos [...] uma situação na qual cada trabalhador realiza *todas* as operações produtivas necessárias a seu sustento [método das corporações de ofício] e, por outro lado, uma situação na qual cada trabalhador realiza *apenas uma* dessas operações [manufatura plenamente desenvolvida]. [...] quanto mais ligada e confinada a atividade humana a operações determinadas e particulares, tanto mais fácil a invenção de todas as máquinas que ensejam ao trabalho uma maior produção com igual quantidade de tempo utilizado. (NAPOLEONI, 1978, pp. 49-50).

Smith acredita na **superioridade** da forma capitalista de produção em relação à atividade de trabalhadores autônomos devido à capacidade que tem o capital de reunir grande número de trabalhadores e assim ensinar a melhor divisão e distribuição dos empregados e proporcionando a estes as melhores máquinas. (NAPOLEONI, 1978).

A investigação de Smith e Ricardo consiste na busca pelo elemento gerador da riqueza das nações. Sua busca pelos mecanismos que favorecem o aumento da produção de valores de uso dentro de uma sociedade regulada pelo valor de troca os instiga a dar os primeiros passos para o desenvolvimento do conceito de valor, mais tarde desenvolvido por Marx (2014). Um aspecto notável em Ricardo é a consciência de que o que importa para a economia de um país não é o produto necessário para ocupar, por um novo ciclo, a força de trabalho produtiva, mas sim o

produto que excede as necessidades repositórias da força produtora, e que seja capaz de sustentar exércitos, frotas e todo o tipo de trabalho improdutivo. (NAPOLEONI, 1978).

Em Ricardo, a “introdução das máquinas, reduzindo a quantidade de trabalho conjuntamente contido em uma unidade de mercadoria, faz com que a um mesmo valor corresponda uma riqueza maior, isto é, uma quantidade maior de bens”. (NAPOLEONI, 1978, p. 116).

2.2 INDÚSTRIA

No decorrer do século XIX, a manufatura foi fatalmente superada pela indústria moderna que, com a máquina a vapor, multiplicou a produtividade do trabalho ao revolucionar as máquinas-ferramenta, e reconfigurou, inclusive geograficamente, as relações econômicas, pois mediante a acumulação primitiva “conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos” (MARX, 2014, p. 855). Isto ocorreu ao tornar-se necessário que as unidades produtivas, agora fábricas urbanas, se instalassem de maneira concentrada, acabando com a dispersão de manufaturas pequenas e médias e superando-as pela concorrência. A nova configuração econômica transformou o campo num centro produtor subordinado à indústria urbana, ela expulsou pequenos e médios agricultores das terras onde trabalhavam, empurrou-os em direção às cidades em busca de sobrevivência onde passara a constituir força de trabalho barata capaz de baixar os custos da produção industrial.

No campo se expandiram os “cercamentos” (MARX, 2014, p. 836), em favor da nova propriedade rural, que é maior e tem menos proprietários relativamente à anterior. É necessário frisar que a forte intervenção do Estado no sentido de viabilizar as condições da industrialização é um dos aspectos indispensáveis para tal transformação. O processo se dá desta maneira, sobretudo, na Inglaterra (MARX, 2014).

A obra de Marx (2014), *O Capital*, concentra seus esforços na aparição e no desenvolvimento da indústria moderna na Europa Ocidental. Caracterizando-se pela capacidade de produzir uma diversidade maior de mercadorias (valores de uso diversificados) relativamente aos produtos agrícolas, a indústria se desenvolveu acumulando capital pela via da mais-valia relativa (MARX, 2014), na qual o valor da força de trabalho sofre uma desvalorização real permitindo que parte maior do tempo de trabalho do operário seja apropriada pelo detentor do capital.

Este processo pode ocorrer, num quadro competitivo, pelo do desenvolvimento das forças produtivas incrementadas por máquinas e equipamentos mais sofisticados, ou até pelo barateamento dos meios de subsistência do trabalhador – produtos agrícolas, pro exemplo – razão pela qual a América Latina foi de fundamental importância na Revolução Industrial europeia como fornecedora de alimentos e matérias-primas a custos decrescentes, mas aqui utilizando a acumulação de capital pela via da mais-valia absoluta – quando utilizada força de trabalho assalariada (MARINI, 2005) –, na qual o principal mecanismo de apropriação de horas excedentes crescentes do trabalho por parte do proprietário é o aumento da jornada de trabalho sem incremento de máquinas e ferramentas, e sem compensação salarial equivalente.

Acelerar a acumulação mediante um desenvolvimento superior da capacidade produtiva do trabalho e acelerá-la por meio de uma maior exploração do trabalhador, são dois procedimentos totalmente distintos. (MARX, O Capital Apud Marini, 2005, p.1).

A Inglaterra passou então a liderar, seguida da França, a economia mundial como o país mais industrializado, com a maior capacidade de capilarização dos seus investimentos no mercado internacional, tendo adotado, a partir de então, uma política liberal na qual o livre jogo da oferta e demanda favorecia naturalmente aos seus produtos, já que possuía a maior produtividade do trabalho.

Assim explica Marx a postura em favor do “livre competição” adotada pela Inglaterra mundo afora:

[...] Aparece então Carey e acusa a Inglaterra, com razão, de procurar transformar os demais países em nações puramente agrícolas, das quais a Inglaterra é o fornecedor industrial. Sustenta ele que a Turquia foi por isso arruinada, pois a Inglaterra impediu ‘aos proprietários e cultivadores do solo turco fortalecerem-se por meio da aliança natural entre o arado e o tear, o martelo e a grade’. [...] Segundo ele o próprio Urquhart é um dos principais agentes da ruína da Turquia, onde fez propaganda do livre-cambismo para servir aos interesses da Inglaterra. (MARX, 2014, p. 870)

Há que se considerar que mesmo durante o século XIX nações como os Estados Unidos da América e a Alemanha, hoje inegáveis potências econômicas mundiais, não gozavam ainda de tal status adquirido pela Inglaterra. A Alemanha sequer era uma nação unificada até o ano de 1871. Friedrich List publica em 1841 sua obra *Sistema Nacional de Economia Política*, onde compreende que

‘Para permitir à liberdade de comércio operar naturalmente, as nações menos adiantadas devem primeiro, por medidas artificiais, ser levadas ao estado de cultura ao qual foi levada artificialmente a nação inglesa’. (p. 96) Caso contrário, ‘... nas atuais condições do mundo, o resultado da liberdade geral de comércio não seria uma república universal (harmonia universal), mas, pelo contrário, uma sujeição total das nações menos adiantadas à supremacia da potência industrial, comercial e naval atualmente dominante [...]’. (LIST Apud UNICURITIBA, 2010, p. 2).

De acordo com o raciocínio de List, é necessário um esforço consciente e arbitrário (“artificial”) para empurrar uma nação na direção do desenvolvimento cultural, político, e principalmente econômico através da industrialização. Existe a possibilidade de tal raciocínio ser contestado – através da lógica segundo a qual as nações mais atrasadas podem aproveitar a industrialização já realizada pelas outras para proceder em trocas comerciais das suas mercadorias, as quais as nações avançadas não tenham vantagem comparativa na produção (NAPOLEONI, 1978), por produtos industriais com maior quantidade de tecnologia agregada.

Deste modo, ambos os lados da equação obteriam ganho, com uma economia complementando a outra no sentido produtivo. Este pensamento fora já desenvolvido pelos liberais, partindo de Smith, mas aprofundando-se em Ricardo, através da teoria das vantagens comparativas. Parece que, uma vez alcançada a industrialização pela nação inglesa, não restaria às outras senão aceitar sua posição de inferioridade produtiva e limitar-se a produzir artigos primários. Sobre o assunto, comenta List:

O segundo problema com o pensamento liberal é que A. Smith e seus discípulos confundiram riqueza com força produtiva de riqueza. Colocaram o ‘TER’ e o ‘POSSUIR’ riqueza como os objetivos principais das políticas econômicas nacionais, sem perceber que, mais importante que o ‘TER’ e o ‘POSSUIR’ riquezas em si mesmo, é o DOMÍNIO SOBRE OS MEIOS DE CRIAR E AUMENTAR A RIQUEZA CONTINUAMENTE. Aqui, a falha dos economistas liberais parece residir em sua incapacidade de encarar o

desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva de longo prazo. [...] Diante de um país cuja economia é ainda imatura [...] os liberais propunham que o país abandonasse seus anseios de maturidade econômica, recomendando-lhe que usufruísse dos frutos da maturidade alheia (do país já industrializado). Diziam a um país de economia atrasada para não perder seu precioso tempo com a ideia de se desenvolver pelas próprias forças [...]. Assim fazendo, converteram-se em arautos do atraso econômico do mundo em benefício da preservação do poder econômico conquistado pela potência industrial existente. (UNICURITIBA, 2010, p. 3).

Portanto, na realidade em lugar de promover uma teoria harmoniosa do livre-comércio e do benefício mútuo entre as nações, os liberais, Smith e Ricardo notadamente, encontraram uma justificativa teórica para manter o seu reino em condições de vantagem competitiva relativas ao resto do mundo.

A obra de List tem inspiração nos escritos do Secretário do Tesouro do primeiro governo dos EUA, presidido por George Washington, Alexander Hamilton, que apresentara à Câmara dos Deputados, ainda em 1791, um documento intitulado *Relatório sobre as manufaturas*. (SOUZA, 2009a).

Hamilton, defensor da industrialização dos Estados Unidos, descreveu em seu *Relatório* as vantagens de ser uma nação industrializada, isto é, desenvolvida do ponto de vista das forças produtivas, e aos seus opositores mais afiliados à ideologia liberal inglesa que argumentavam que o esforço de industrialização por parte da nação através do protecionismo acarretaria necessariamente um aumento de preços de alguns produtos no âmbito nacional, ele respondia que do ponto de vista nacional, o aumento temporário do preço será sempre compensado pela sua redução permanente. (SOUZA, 2009a).

2.3. A SITUAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil tornou-se independente de Portugal em 1822 e a partir desta data ainda conservou várias características da colônia que um dia fora. A economia nacional continuou, então, a viver de ciclos do setor primário exportador, ciclo da cana, do algodão, do café, da borracha, da mineração, etc., que ao fim e ao cabo foram atividades complementares da revolução industrial ocorrida na Europa Ocidental. (MARINI, 2005).

Ao se especializar na produção de alimentos e de matérias-primas, a América do Sul, com força de trabalho ainda escrava em larga escala, foi capaz de fornecer esses produtos em grande quantidade e a preços baratos aos centros metropolitanos, fato que, somado à enorme transferência de valor via ouro do Brasil à Inglaterra, impulsionou a superação da manufatura pela indústria moderna, no hemisfério norte. De acordo com Cano (1985) os traços de industrialização no Brasil durante o século XIX são escassos. Aqui vigorou, segundo Marini (2005), após a abolição da escravatura, o regime de superexploração da força de trabalho assalariada e livre.

Já a industrialização no Brasil ocorrida ao final do século XIX precisou de condições internas prévias, bem como de condições externas favoráveis. Foram elas: i) um forte desenvolvimento de relações capitalistas no setor-chave dessa economia, o agrário primário-exportador, como é o caso de Brasil – notadamente o setor cafeeiro –, Argentina, México, Chile, e Colômbia em menor escala. As relações capitalistas abriram espaço para mercados internos na economia que estimularam o surgimento de pequenas manufaturas visando a satisfazer as demandas dos assalariados e contribuir em um sistema coerente com a economia exportadora e geradora de divisas e; ii) a segunda Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XIX, especialmente na Inglaterra caracterizada “pela produção em série de máquinas de fazer máquinas” (BAMBIRRA, 2015, p. 65).

A constituição do mercado interno foi impulsionada pela expansão das terras utilizadas para produção agrícola de exportação. Tal expansão empurrou camponeses que antes viviam da subsistência da própria terra para o assalariamento, condição que os impeliu a satisfazer suas necessidades no mercado interno: alimentos, cigarros, roupas, móveis. Daí a necessidade de produtos industriais. (BAMBIRRA, 2015).

O impulso originado do aumento do número de assalariados ao fim do século XIX e início do século XX estimulou a criação da indústria e a constituição de uma classe operária urbana, principal ponto de apoio da industrialização. A indústria brasileira, contudo, encontrou barreiras para o seu avanço posterior no mesmo setor que a princípio lhe favoreceu, o setor externo, gerador de divisas, que oscilava diante das crises internacionais e continuava sendo a atividade econômica mais importante do país. A ocasional escassez de divisas dificultava a importação de novos capitais e algumas matérias-primas. (BAMBIRRA, 2015).

2.3.1. DEPENDÊNCIA

É importante ressaltar a diferença de como as crises se manifestam na periferia do sistema e nos centros industrializados. Como descreve Furtado (2007), a crise no centro industrial se caracteriza por uma brutal contração nos investimentos. Essa contração provoca **automaticamente** uma redução do consumo global daquela economia, incluídas no consumo global as importações, neste caso majoritariamente de produtos primários dos países dependentes, além de uma liquidação de estoques.

Os produtos primários experimentam situação de baixa dos seus preços no mercado internacional, e as empresas do centro, em situação de baixa liquidez, resgatam seus capitais investidos nos mercados externos. “Dessa forma, a crise vem acompanhada, para o país industrializado, de contração das importações, baixa de preços dos artigos importados e **entrada de capitais.**” (FURTADO, 2007, p. 228, grifo nosso). É como se a crise no centro industrial já ocorresse dotada das ferramentas necessárias ao seu apaziguamento, situação oposta à da periferia dependente.

Para as economias dependentes, o mesmo processo ocorre de maneira diferente, a começar pela redução no valor unitário e no volume total das exportações. Entretanto, os efeitos desta crise originada no setor externo demoram a se alastrar pela economia, fazendo com que a procura por importações não se retraia imediatamente, criando inicialmente desequilíbrio da balança de pagamentos. Além disso, o preço das mercadorias importadas cai mais lentamente do que o dos produtos exportados devido, entre outros aspectos, à repatriação dos capitais conduzida pelos países industrializados, o que torna evidente uma piora súbita dos termos de troca do ponto de vista do país periférico. (FURTADO, 2007).

2.3.2. DESLOCAMENTO DO EIXO DINÂMICO DA ECONOMIA (OU: A OPORTUNIDADE GERADA PELA EXCEÇÃO)

Nos anos 1930, com a grande depressão mundial, à exceção do bloco socialista (SOUZA, 2009b), iniciada em 1929, o governo brasileiro adotou, num primeiro momento, uma postura de defesa do poder de compra no mercado interno pela defesa do setor cafeeiro mediante o financiamento dos estoques de café através de empréstimos externos, suavizando o desequilíbrio da

balança de pagamentos e protegendo os empregos urbanos e industriais gerados por influência do setor exportador. (FURTADO, 2007).

A decisão posterior do governo de continuar financiando os estoques de café, mas agora sem recursos externos (protegendo a renda nacional sem se endividar e sem gerar divisas que favoreceriam as importações de maquinário), explica em boa medida o estímulo à criação de um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital nacional como consequência do encarecimento das importações ensejado pela depreciação cambial e que, combinada com a capacidade ociosa em algumas indústrias produtoras para o mercado interno, transformou a produção industrial no principal fator dinâmico de criação da renda. (FURTADO, 2007).

O crescimento da procura de bens de capital, reflexo da expansão da produção para o mercado interno, e a forte elevação dos preços de importação desses bens, acarretada pela depreciação cambial, criaram condições propícias à instalação no país de uma indústria de bens de capital. (FURTADO, 2007, p. 279).

A situação descrita por Furtado nos anos 1930 é de exceção, já que nos países subdesenvolvidos o aumento da procura por bens de capital geralmente ocorre em períodos de expansão das exportações. A indústria de bens de capital, por exigir maior volume de investimentos para ser implantada e por ser demandada mais intensamente em momentos de abundância de divisas, faz com que a periferia opte majoritariamente pela importação do maquinário em detrimento do desenvolvimento do setor internamente.

Ora, as condições que se criaram no Brasil nos anos 30 quebraram este círculo. A procura de bens de capital cresceu exatamente numa etapa em que as possibilidades de importação eram as mais precárias possíveis. (FURTADO, 2007, pp. 279-280).

Entretanto, é notório que os países subdesenvolvidos têm historicamente déficits na balança de serviços (SOUZA, 2009a), como demonstra a tabela 1, que muitas vezes não são compensados pelos superávits da balança comercial, o que explica que em nossa história tenhamos recorrido

tantas vezes a empréstimos internacionais para pagar os compromissos sem criar vulnerabilidade externa pela redução das reservas.

Tabela 1 – Balança de serviços 1975-1985 (líquido/US\$ milhões)

Ano	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Receita	1032	969	1100	1243	1366	1665	2160	1740	1633	1870	2033
Despesa	2484	2558	2600	3012	3687	4704	4979	5230	3943	3528	3627
Saldo	-1452	-1589	-1500	-1769	-2321	-3039	-2819	-3490	-2310	-1658	-1594

Fonte: Banco Central, elaboração própria.

3. ORIGENS E POLÍTICAS DE COMBATE DA INFLAÇÃO PRÉ-REAL

Mas foi principalmente durante os anos 1970, quando empréstimos foram tomados pelo Estado a taxas de juros flutuantes, determinadas pelos emprestadores, que a dívida externa cresceu exponencialmente. Havia forte necessidade de importar bens de capital e petróleo para satisfazer ao novo padrão produtivo nacional, inaugurado à época, de bens duráveis. Diante da deterioração do balanço de pagamentos, incorreu-se em desvalorizações cambiais para estimular as exportações advindas do latifúndio rural, principal mecanismo de obtenção de divisas. O problema da desvalorização do câmbio é que, paralelamente, as mercadorias importadas tornaram-se mais caras. Percebe-se a dificuldade em que entraram as economias subdesenvolvidas nas décadas de 70 e 80 (OLIVEIRA, 1984). Voltaremos a abordar o assunto no próximo capítulo.

Está evidente que sucessivos governos incorreram em emissão monetária para financiar seus investimentos, de Juscelino Kubitschek aos militares. Isto, no entanto, não pode ser apontado como a única, ou mesmo a principal, causa da inflação, uma vez que a situação de dependência tecnológica, ao não ter sido plenamente resolvida, foi o que não permitiu a superação das recorrentes pressões inflacionárias ao longo da segunda metade do século XX no Brasil (SOUZA, 2008).

A espiral da dívida externa, do subdesenvolvimento e da dependência, alimenta também a espiral da inflação, que algumas correntes de pensamento explicam como sendo consequência do populismo e excesso de emissão monetária. O processo, entretanto, não é simples. A situação das contas externas deterioradas, acompanhada do estrangulamento externo gerador de aumento nos preços e de uma falsa proteção à indústria nacional da competição internacional associados à ascensão, no final da ditadura, de um movimento sindical influente e de um mercado oligopolizado acostumado com altas taxas de lucro foram alguns fatores desencadeadores do galope da inflação. (SOUZA, 2008).

O conceito trabalhado por Lara Resende e Arida (CUNHA, 2006) de inflação inercial, que ajuda a entender a execução do Plano Cruzado e depois do Plano Real, significa que a inflação brasileira ocorre por efeito da indexação dos preços da economia, formal ou informalmente, o que implica que um aumento nos preços do salário acarretaria aumento nos preços das mercadorias, que estimularia os sindicatos a reivindicarem novo aumento salarial, gerando assim o movimento ininterrupto (inércia) para cima de todos os preços.

Referindo-se à alta inflação do período JK, Souza (2008) apresenta uma análise teórica a partir dos marcos estruturalistas da inflação:

Costuma-se apresentar os gastos do Plano de Metas como os responsáveis pela escalada inflacionária de então.

Esse é um diagnóstico com base na teoria monetarista da inflação, que entende como única causa do aumento generalizado dos preços o excesso de demanda gerado por expansão de moeda.

Mas há outro diagnóstico baseado na teoria estruturalista da CEPAL. Segundo esse diagnóstico, o problema não estaria no excesso de demanda, mas na insuficiência da oferta para o mercado interno de massas. A origem do problema estaria na dependência externa e na preservação da estrutura arcaica na agricultura, as quais acarretariam dois problemas:

1. transferência para o exterior de parte do excedente econômico que poderia ser investido internamente;
2. rigidez na oferta de alimentos e matérias-primas para o setor industrial. (SOUZA, 2008, p. 43).

3.1. DESTAQUES HISTÓRICOS DA CORRELAÇÃO ENTRE O SETOR PRODUTIVO E A ESTRUTURA DE PREÇOS BRASILEIRA

3.1.1. KUBITSCHEK

O presente tópico considera a economia dividida em departamentos, quais sejam:

Departamento I, produtor de bens de capital [...], bens de produção, pois inclui os chamados bens intermediários. [...]; Departamento II, produtor de bens de consumo para os trabalhadores, [...] bens de consumo não duráveis; e Departamento III, produtor de bens de consumo para os capitalistas [ou qualquer classe de renda privilegiada], [...] bens de consumo duráveis. (Oliveira, 1984, p. 77).

3.1.2. KUBITSCHKEK

A industrialização sob o governo Kubitschek (1956-1961) ocorreu priorizando o departamento III da economia, com a entrada massiva de bens de capital sob a forma de investimento estrangeiro direto, beneficiados pela instrução 113, entrando sem cobertura cambial quase todo o capital destinado às indústrias automobilística, de construção naval e a outros setores contemplados pelo Plano de Metas, contornando, para o curto prazo, o problema da escassez de divisas. (OLIVEIRA, 1984).

Do ponto de vista do financiamento interno, pode-se dizer que o departamento III exigiu um período de maturação durante o qual os ganhos de produtividade das empresas estatais produtoras de bens intermediários tiveram de ser transferidos ao setor para garantir sua rentabilidade. Os aumentos de produtividade nas empresas estatais, sobretudo nos setores de ferro e aço, petróleo, química básica, etc. foram condição necessária para a implantação do novo padrão de acumulação, pois em caso de estagnação das estatais, os produtos mencionados teriam de ser importados, num período em que as exportações, quando não estagnadas, cresciam a baixas taxas. (OLIVEIRA, 1984).

Este padrão de acumulação, centrado no departamento III, e desenvolvendo apenas parcialmente o departamento I da economia nacional fez o País entrar recorrentemente em crises do Balanço de Pagamentos, que se expressavam na

[...] contradição entre uma industrialização voltada para o mercado interno mas financiada ou controlada pelo capital estrangeiro e a insuficiência de geração de meios de pagamento internacionais para fazer voltar à circulação internacional de capitais a parte do excedente que pertence ao capital internacional. (Oliveira, 1984, p. 87).

Somando esta nova expressão de crise do balanço de pagamentos à sua velha expressão, ou seja, a importação de máquinas e equipamentos e bens intermediários, **conjugadas** com a política de emissão inflacionária de moeda, é possível **começar** a buscar uma explicação para o problema da inflação brasileira. Uma moeda nacional desvalorizada diante das divisas (que estão escassas) e uma economia obrigada a remeter lucros e dividendos ao capital internacional descrevem um desequilíbrio que pode culminar no encarecimento de toda mercadoria que tenha componentes importados. Além disto, note-se que o aumento da produtividade em solo brasileiro se deu devido à implantação

do departamento III sob o comando de empresas multinacionais e ao investimento no departamento I via bens intermediários de produção pelas estatais, que por sua vez transferiu, não aos salários, os seus ganhos de produtividade, mas sim ao departamento III que aqui se consolidava e que oligopolizava o mercado interno. (OLIVEIRA, 1984).

3.1.3. O “MILAGRE”

O padrão de acumulação de capital inaugurado no período JK teve continuidade a partir dos governos militares que tiveram início em 1964. Assim, analisando o período referente ao milagre econômico (1968-1974), entende-se que, afim de garantir os meios de pagamento para remunerar o capital externo, além de uma exitosa campanha de crescimento das exportações, o governo recorreu à **expansão da dívida externa**. (OLIVEIRA, 1984).

Desta maneira, o crescimento da economia nacional disparou, crescendo durante o período em torno de 8 a 9% anuais em média. Esta expansão, porque baseada no departamento III, foi realizada à custa de grande concentração de renda, deixando o crescimento do departamento II dependente das suas exportações, uma vez que internamente, mesmo os salários reais da classe operária da indústria automobilística apenas se mantiveram no mesmo patamar, como mostra a tabela 2. (OLIVEIRA, 1984).

Tabela 2 – Evolução do salário médio real na indústria de autoveículos (1966/1974)

Ano	Índices do salário real médio
Ano base: 1966	100
1967	99,0
1968	101,5
1969	103,1
1970	111,9
1971	106,0
1972	116,8
1973	112,9
1974	100,3

Fonte: HIDROBRASILEIRA *Estudos de desenvolvimento industrial*, relatório sobre a Indústria Automobilística, pág. 66 (coordenação de Maria Angélica Trávolo) Apud Oliveira, 1984, p. 101.

O produto real do setor de bens de capital também cresceu durante o período, na verdade triplicou entre 1968 e 1975. A ressalva fica por conta do crescimento significativo das importações de bens de capital na oferta interna durante o referido intervalo temporal, como demonstra a tabela 3. (OLIVEIRA, 1984).

Tabela 3 – Participação das importações na oferta de bens de capital (1965/1975)

Ano	(%)
1965	19,83
1966	23,01
1967	27,17
1968	29,24
1969	30,39
1970	32,01
1971	35,22
1972	36,67
1973	32,62
1974	36,31
1975	37,47

Fonte: com base no Censo Industrial de 1970; CIEF (importações efetivas de 1971 a 1974); e R. Bonelli e P. Malan: “Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70”, in *Pesquisa e planejamento*, agosto, 1976 Apud Estimativas de Oliveira, 1984, p. 102.

Além disto, a desproporcionalidade de crescimento entre os departamentos I e III da economia gerou problemas como

[...] a carência de aço e todos os não ferrosos, de química e petroquímica, [que] foi ampliada para limites em que a auto-suficiência é não apenas difícil, mas certamente improvável. [Nota-se que] [...] na disputa pelas fontes de financiamento da acumulação, o setor produtor de bens intermediários acabou levando desvantagem. (Oliveira, 1984, p. 102).

5.1.3. CRISE DA DÍVIDA

Como consequência do modelo produtivo adotado durante o Governo JK e continuado pelos militares, tendo sido intensificado nos anos de 1970, o Brasil se endividou rapidamente, tomando empréstimos a taxas de juros baixas graças à grande liquidez no mercado financeiro internacional. Após, entretanto, o segundo choque do petróleo e a elevação da taxa de juros norte-americana em 1979, o País começou a sofrer com forte pressão cambial devido ao aumento do montante de juros a serem pagos pelos empréstimos realizados no período mencionado, e à fuga dos capitais rumo aos EUA. (FILGUEIRAS, 2012).

Neste novo cenário, o FMI começou a atuar como defensor dos interesses do capital financeiro internacional, impondo aos países em situação similar à brasileira, uma série de regras rígidas de política econômica para que estes pudessem se candidatar a contrair empréstimos junto à instituição e outros bancos privados no intuito de garantir suas importações e o pagamento dos juros e amortizações dos empréstimos realizados. (FILGUEIRAS, 2012).

A circunstância gerada pelo aumento na taxa de juros norte-americana para financiar seus déficits comerciais gerou recessão nos Estados Unidos, que se alastrou pela economia mundial e prejudicou as exportações dos países subdesenvolvidos, Brasil incluso. (FILGUEIRAS, 2012).

Os acordos firmados entre FMI e países devedores implicavam em cartas de intenção nas quais um conjunto de metas referentes às taxas de inflação, ao déficit público, às exportações e importações, entre outras, eram visadas e monitoradas por funcionários do Fundo. A receita recomendada, e imposta, conhecida como “ajuste monetário do balanço de pagamentos” baseava-se na redução da demanda interna, sobretudo os gastos do governo, possibilitando graças à redução da atividade econômica uma diminuição nas importações. Paralelamente, uma elevação das taxas de juros, assim como estímulos às exportações através de desvalorização da moeda, contenção dos salários e subsídios de crédito e fiscais aos setores exportadores, aumentando a competitividade de seus produtos. (FILGUEIRAS, 2012).

3.1.4. INDÚSTRIA NOS ANOS 1980

O resultado do receituário do FMI para o Brasil

[...] foi um período de estagnação que durou quase toda a primeira metade da década de 1980 – com quedas de 4,3% do PIB, em 1981, e de 2,9%, em 1983, e redução das taxas de investimento, principalmente entre 1981 e 1985 (FILGUEIRAS, 2012, p. 75),

como mostra a tabela 4.

Quando iniciada a “crise da dívida” a capacidade produtiva utilizada do País já estava muito abaixo do seu potencial, portanto a redução da demanda interna teve efeito bastante negativo sobre o emprego e a renda, assim como a desvalorização cambial e o setor primário voltado ao mercado externo tiveram efeitos notáveis sobre os níveis de inflação. (FILGUEIRAS, 2012).

Tabela 4 – Inflação, PIB e taxa de crescimento nos governos Figueiredo e Sarney

Ano	Inflação	Taxa de Crescimento do PIB (em %)	Investimento Interno Bruto	Governo
1980	100,2	9,3	22,9	Figueiredo
1981	109,9	-4,3	24,3	
1982	95,4	0,8	23,0	
1983	154,5	-2,9	19,9	
1984	220,6	5,4	18,9	
1985	225,5	7,8	18,0	Sarney
1986	142,3	7,5	20,0	
1987	224,8	3,5	23,2	
1988	684,5	-0,1	24,3	
1989	1320,0	3,2	26,9	

Fonte: *Conjuntura Econômica* – FGV (abril/99) Apud Filgueiras, 2012.

3.2. TENTATIVAS DE CONTER A INFLAÇÃO PRÉ-REAL

3.2.1. O CRUZADO

Diante da explosão da inflação, um plano antiinflacionário de caráter heterodoxo foi elaborado e colocado em prática pela gestão Sarney no Governo Federal já no início de 1986. O Plano Cruzado, que consistia na criação de uma nova moeda, o Cruzado – com conversibilidade definida de Mil Cruzeiros para Um Cruzado –, na decretação do congelamento total dos preços, incluída a taxa de câmbio, dos rendimentos e na desindexação geral da economia. (SOUZA, 2008).

Os preços foram convertidos de cruzeiro para cruzado conforme valores praticados no dia anterior ao anúncio do Plano (27/02/1986) e “os rendimentos [foram convertidos] conforme o valor médio da remuneração real dos últimos seis meses, acrescidos de 8% (no caso do salário mínimo, o adicional foi de 15%)”. (FILGUEIRAS, 2012, p. 80).

Parte das limitações práticas do Plano consistiu no fato de que os preços, quando da passagem abrupta para a nova moeda, não estavam alinhados, além do que o aumento do poder de compra dos salários determinado pelo congelamento dos preços associado ao ajuste da remuneração gerou, em muitos setores, o esgotamento da capacidade produtiva instalada, acarretando desabastecimento e o surgimento do “ágio” nos preços como forma de fugir ao congelamento. (FILGUEIRAS, 2012).

3.2.2. O FRACASSO DO CRUZADO

Sobre o fracasso do Plano Cruzado, Arida, um dos elaboradores do mesmo, atribui ênfase ao problema do déficit público operacional, ou seja, ao endividamento estatal através da emissão de moeda, não por considerar este aspecto o primordial gerador de inflação em qualquer situação, mas por analisar que, uma vez congelados os preços e congelada a taxa de câmbio, este seria, sim, importante gatilho inflacionário, sobretudo se considerada a pressão exercida pela baixa liquidez no mercado financeiro internacional, deixando aos elaboradores de política duas opções: i) “sangrar

livremente” as divisas rumo ao exterior; ii) ou (e isto implicaria em finalizar formalmente o cruzado), descongelar o câmbio e deixar que ele exerça sobre os preços dos bens e componentes importados a sua pressão altista. (CUNHA, 2006).

Os principais fatores, portanto, de insucesso do Plano são explicados pelo setor externo. Os mercados financeiros permaneciam com baixa liquidez, principalmente opondo a países como o Brasil grande dificuldade de obter empréstimos. Além disso, as exportações caíram e as importações cresceram como consequência da recente valorização cambial – o saldo da balança comercial, que fora de U\$12,4 bi em 1985 foi, em 1986, de U\$8,3 bi (tabela 5), queda superior a 33%.

Tabela 5 – Saldo da balança comercial 1985-1986 (US\$ milhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1985	25.639	13.153	12.486
1986	22.349	14.044	8.304

Fonte: Banco Central, elaboração própria.

O déficit na conta de transações correntes do balanço de pagamentos cresceu – de US\$ 248 milhões em 1985 para US\$ 5,3 bilhões em 1986, aumento de 2.146% (tabela 6) – caiu o volume de reservas, e o País esteve à beira de uma crise cambial, motivo pelo qual foi decretada uma moratória no início de 1987. Depois disso, foi efetuada uma desvalorização cambial e os preços aceleraram novamente. Este foi o fim formal do Plano Cruzado, depois de nove meses do seu início. (SOUZA, 2008).

Tabela 6 – Saldo da conta de transações correntes do balanço de pagamentos 1985-1986 (US\$ milhões)

Ano	Saldo
1985	-248
1986	-5.323

Fonte: Banco Central, elaboração própria.

3.2.3. COLLOR

Eleito em 1989 Presidente da República, Fernando Collor, apresentando-se como um *outsider*, alguém acima dos interesses corporativos e de classe, praticou ele também a sua tentativa de conter a inflação brasileira, desta vez uma política de caráter ortodoxo. Iniciou pela substituição da velha moeda pela nova (Cruzado Novo por Cruzeiro), e convertendo salários e preços ao mesmo tempo. O controle rigoroso da liquidez da economia foi objetivo perseguido no novo Plano, no qual

A totalidade dos ativos financeiros do país foi atingida por um confisco – que reduziu a liquidez da economia de 25% para 10% do PIB – que seguiu a seguinte regra: dos depósitos à vista e da poupança, os titulares das contas puderam sacar um limite máximo de Cr\$ 50 mil e, das demais aplicações, um limite máximo de Cr\$ 25 mil ou 20% do total – prevalecendo o que fosse maior. Esses recursos foram bloqueados em conta no Banco Central por 18 meses, rendendo correção monetária e mais 6% ao ano, sendo liberados, a partir de 16 de setembro de 1991, em 12 parcelas mensais. (FILGUEIRAS, 2012, p. 87).

O Plano Collor rendeu ao presidente grande impopularidade, e motivos políticos levaram ao seu *impeachment*. Entretanto, deve-se ressaltar que foi com Collor que o projeto privatizante das empresas estatais teve início. Sobre a política industrial, esta consistiu na abertura comercial e exposição das empresas brasileiras à concorrência estrangeira, através de mecanismos como a eliminação de todas as isenções, suspensão da exigência de programação anual para importar e extinção das Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs). A política cambial ficou determinada

pela não interferência do Banco Central, deixando os agentes autorizados a operarem com moeda estrangeira ditarem a oferta e demanda das divisas. (SOUZA, 2008).

Os resultados do plano antiinflacionário de caráter ortodoxo foram

a queda abrupta da inflação [...], porém à custa de uma enorme recessão – queda do PIB de 4% em 1990 –, [...] [o] crescimento do desemprego e [...] [a] redução da renda. Posteriormente, com a remonetização da economia, ela [a inflação] voltou, iniciando-se o processo de instabilidade institucional bastante conhecido. (FILGUEIRAS, 2012, p. 88).

3.3. UM MODELO À PROCURA DE LABORATÓRIO: UM PROJETO PARA A AMÉRICA LATINA

Ao final dos anos 1980, elaborou-se um “consenso” gestado em reuniões entre o FMI, o governo dos Estados Unidos, e o Banco Mundial, todos com sede em Washington, sobre o melhor caminho para o desenvolvimento dos países latino americanos, o Consenso de Washington. Com diretrizes de caráter liberal, o consenso ditou sobretudo as políticas econômicas dos países do Cone Sul com ênfase especial no combate à inflação, durante os anos 1990:

Em todos os lugares onde foram adotados, esses planos [preconizados pelo Consenso] seguiram, sempre, o mesmo roteiro: combate à inflação, através da dolarização da economia e valorização das moedas nacionais, associado a uma grande ênfase na necessidade do ‘ajuste fiscal’. Acompanharam a realização de reformas do Estado – sobretudo privatizações e mudanças na seguridade social –, desregulamentação dos mercados e liberalização (internacionalização) comercial e financeira. (FILGUEIRAS, 2012, p. 94).

3.3.1. ESTRUTURA DE PREÇOS RELATIVOS E CONGELAMENTO

No Brasil pós-impedimento do presidente Collor, ainda durante a gestão de Itamar Franco, seguindo as diretrizes do Consenso fundador do neoliberalismo na América Latina, elaborava-se o

próximo plano de combate da inflação. O novo projeto carregou consigo aprendizados dos seus antecessores. Como lição do Cruzado, avaliou-se que o congelamento abrupto de preços na realidade cristalizava distorções na estrutura dos valores relativos previamente existentes, o que provocaria em uma eventual nova moeda ganhos e perdas de renda real para distintos agentes econômicos, resultando em pressão inflacionária novamente. (FILGUEIRAS, 2012).

4. O PLANO REAL

Nas reflexões do economista Pécros Arida, a inflação inercial era consequência da indexação periódica dos preços. O congelamento, como realizado no Cruzado, por si só não resolveria o problema visado. O déficit público teria de ser equacionado, e as taxas de juro ajustadas para cima. Estamos falando de um ajuste fiscal, da ideia de que, para Arida, contrariamente ao que tentara aplicar no Cruzado, seria inevitável que um programa de estabilização englobasse o princípio da neutralidade, e não incorresse em custos sociais. (CUNHA, 2006).

Significa dizer que a estabilização, como quer que fosse feita, ocasionaria conflito distributivo entre as classes de renda através de distorção nos preços relativos. Por isso, em nome da estabilização do nível de preços, seria necessário realizar um pacto social. (CUNHA, 2006).

Se se considerar que para que aja um pacto são necessárias duas partes – neste caso, Governo e patronato x assalariados – deve-se, contudo, pontuar que o pacto foi declarado unilateralmente pela primeira parte sob a alegação de que o princípio da neutralidade seria seguido à risca, com o aceite passivo da segunda. Isto foi possível graças às condições que tornaram factíveis as diversas etapas do Plano Real, mas sobretudo graças à nova conjuntura de liquidez dos mercados financeiros. (SOUZA, 2008).

O Plano Real foi anunciado em 7 de dezembro de 1993 e a nova moeda entrou em vigor em julho de 1994. (FILGUEIRAS, 2012). Ele é composto de distintas etapas cuja análise iniciaremos agora.

4.1. AJUSTE FISCAL

Esta etapa durou de 7 de dezembro de 1993 até 28 de fevereiro de 1994, e consistiu na criação do Fundo Social de Emergência (FSE) que foi viabilizado através do aumento das receitas do Governo pela elevação da alíquota dos impostos federais em 5% e da recriação do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF), além de “cortar 40% nas despesas correntes – correspondentes a 20% do montante total do orçamento –, com a diminuição das transferências constitucionais da União para os estados e municípios”. (FILGUEIRAS, 2012, p. 102).

O Fundo Social de Emergência provou ser, em vez de um fundo destinado às urgências sociais, um instrumento de desvinculação das receitas da união, raciocínio perfeitamente acordado com a lógica liberal, uma vez que parte dos seus recursos foi utilizada pelo Ministério do Exército, Polícias Rodoviária e Federal e DNOCS, mesmo não havendo nenhuma emergência social à vista. Além deste fim, o FSE também provou ser um eficaz instrumento de retirada de moeda de circulação, ideia condizente com a alegada necessidade de sanear as contas estatais. (SOUZA, 2008).

Um conjunto de medidas com o intuito de sinalizar à sociedade que o governo apenas gastaria o que arrecadasse foi tomado, como a renegociação das dívidas dos estados e municípios com a União e a proibição de emissão de títulos para criar dívida nova, permitindo apenas a criação de novos papéis para rolar a dívida já existente. (FILGUEIRAS, 2012).

4.2. A URV

Esta etapa iniciou-se em 1º de março de 1994 com a criação da Unidade de Referência de Valor (URV) que será o embrião da nova moeda e terminou em 1º de julho do mesmo ano, quando da adoção do Real. Esta foi uma espécie de moeda incompleta, pois não era meio de pagamento e nem reserva de valor, sendo usada apenas como unidade de conta, ou seja, uma moeda virtual no sentido clássico do termo (SOUZA, 2008).

A URV seguia a inflação baseada em uma média de vários índices de preços – o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, o IPCA do IBGE e o IPC da FIPE/USP –, cuja variação era menor que na maior parte dos índices oficiais individualmente observados. A ideia da moeda virtual era possibilitar a passagem paulatina dos preços em Cruzeiro Real para o Real sem o caráter abrupto adotado nos planos anteriores. Desta forma, haveria tempo para um satisfatório alinhamento dos preços em URV sem que pressões inflacionárias insustentáveis viessem a surgir após a adoção da nova moeda. Seu objetivo principal foi atingido. Entretanto,

Alguns economistas, entre eles André Lara Resende, defenderam a ideia de que a URV teria cumprido a sua função com mais eficácia se o tempo de duração da segunda fase do Real tivesse sido mais longo. Motivos político-eleitorais talvez expliquem o curto espaço de tempo do experimento da URV. (Sicsú, 1996, pp.84-85).

Inicialmente, em março de 1994, os salários foram convertidos compulsoriamente em URV a partir da média do salário real em cruzeiros reais dos últimos quatro meses – novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994 –, sendo o salário real de cada mês calculado a partir da divisão do valor nominal em cruzeiros reais do salário no último dia de cada mês pelo valor da URV em cruzeiros reais no mesmo momento. (FILGUEIRAS, 2012).

A URV escapou em grande medida da erosão inflacionária por se tratar de moeda virtual, significando que o seu valor em cruzeiros reais crescia mensalmente e, embora seja verdadeiro que

[...] nos casos em que a média desses quatro salários, já transformados em URV, ficou abaixo do salário referente a fevereiro, também transformado em URV, prevaleceu este último como valor a partir do qual foram feitos os reajustes salariais em cruzeiros reais nos meses de março, abril, maio e junho [...]” (Filgueiras, 2012, p. 106),

a conversão dos rendimentos dos trabalhadores em URV pode ter imposto a estes uma perda de poder de compra, pelo menos até 1º de julho. A ideia central era reduzir os custos de produção das empresas para conter, assim, o seu “ímpeto remarcador” de preços, reduzindo a inflação (SOUZA, 2008).

O resultado da engenharia monetária envolvendo a URV foi uma aceleração dos preços em cruzeiros reais, e pouco antes da adoção da nova moeda, um comportamento defensivo por parte das empresas, elevando excessivamente seus preços, distorção esta que foi corrigida após a adoção do Real a partir de pressões para reduzi-los. (FILGUEIRAS, 2012).

4.3. A ÂNCORA CAMBIAL

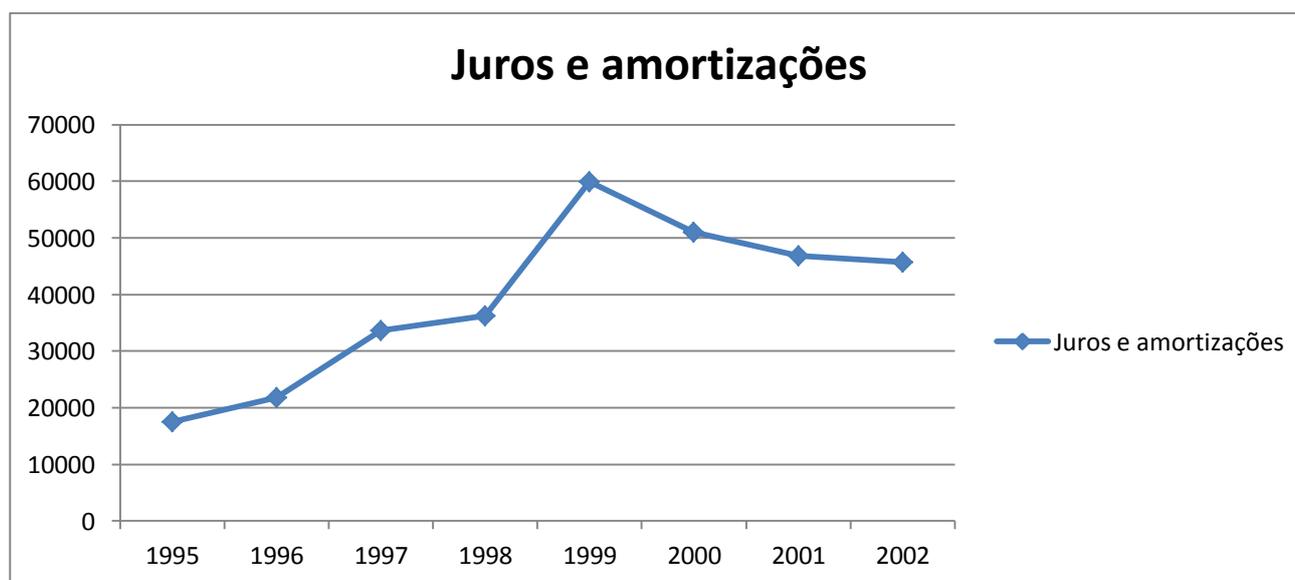
Paralelamente à introdução da URV operou-se outro processo – a âncora cambial –, que não foi menos importante do que a Unidade de Referência de Valor, e gozou da vantagem, relativamente ao momento do Plano Cruzado, de maior liquidez nos mercados financeiros, além de uma taxa de

juros muito alta adotada pelo Banco Central – em março de 1994, a taxa de juros real era de 40% ao ano (SOUZA, 2008).

Este procedimento consistiu na elevação dos juros nacionalmente com o objetivo de atrair capitais de curto prazo para aumentar o volume de reservas cambiais. Para se ter ideia, em junho de 1994, as reservas atingiram o equivalente a US\$ 40,5 bilhões em caixa, que correspondiam a 18 meses de importações se considerada a média dos 12 meses anteriores a julho de 1994, sendo que 70% desse montante foi acumulado durante a gestão de FHC à frente do Ministério da Fazenda. (FILGUEIRAS, 2012).

Entretanto, o patamar de juros e amortizações de dívidas pagos ao exterior cresceu consideravelmente, como se observa no gráfico 1. Em 1995 pagou-se um total de US\$ 17,4 bilhões, chegando esse valor para 2002 em US\$ 45,7 bilhões – crescimento de 262,6% em 7 anos.

Gráfico 1 – Juros e amortizações pagos ao exterior (1995-2002) – US\$ milhões



Fonte: Banco Central, elaboração própria.

4.4. O REAL

Em 1º de julho de 1994 o Real foi adotado como moeda oficial, quando a URV valia CR\$ 2.750,00 e no momento em que a conversão foi feita na proporção de 1 URV = R\$ 1. Esta etapa escancarou o processo mais ou menos oculto ocorrido durante a fase anterior, a âncora cambial: “a

taxa de câmbio foi fixada, pelo Banco Central, em US\$ 1 = R\$ 1, com o apoio e garantia das reservas em dólar acumuladas desde 1993”. (Filgueiras, 2012, p. 108).

A economia foi aberta às importações através da queda das alíquotas do Imposto de Importação. Do início do governo Collor até 1994 a tarifa média de importação baixou de 37,4% a 14%. (SOUZA, 2008).

Este fator foi fundamental para a queda da inflação e mesmo deflação de alguns preços associados ao dólar graças à sobrevalorização do Real possibilitada pelo enorme volume de reservas cambiais, assim como a deflação do preço de produtos que tiveram que lidar com concorrentes oriundos do exterior. (FILGUEIRAS, 2012).

4.4.1. O IMEDIADO PÓS-REAL

A partir da queda da inflação após a adoção da nova moeda – queda de 46,60% em junho de 1994 para 3,34% em agosto do mesmo ano – observou-se aceleração do crescimento das atividades produtivas nos dois últimos trimestres de 1994 e no primeiro de 1995, como demonstra a tabela 7. (FILGUEIRAS, 2012).

Tabela 7 – Produto Interno Bruto (percentual) – Taxa trimestral contra trimestre imediatamente anterior – Brasil / 1991-1998.

Anos	Trimestres			
	1º	2º	3º	4º
1990	-	-6,63	7,2	-1,37
1991	-4,65	7,18	1,55	-2,72
1992	-0,45	-0,57	-0,35	1,49
1993	2,10	1,97	-0,29	0,58
1994	1,59	0,8	3,11	3,81
1995	1,25	-2,19	-2,41	1,96
1996	0,98	1,17	2,07	0,66
1997	0,85	1,17	0,05	-0,51
1998	-1,54	2,71	-0,92	-1,76

Fonte: IBGE Apud Filgueiras, 2012, p. 119.

4.4.2. ELEIÇÕES DE 1994

Após o impedimento do Presidente Collor de Melo, o vice Itamar Franco assumiu e administrou a economia e a política sem grandes rupturas e traumas. Entretanto, em 1994 ocorreriam as eleições presidenciais, e havia o risco de o candidato da esquerda Lula da Silva vencê-las devido à sua alta popularidade. Para isso, os setores conservadores da sociedade mobilizaram-se para construir uma figura que fosse capaz de ultrapassar o esquerdista. Essa figura foi Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, como ministro da Fazenda de Itamar Franco desempenhou um papel de quase primeiro-ministro, e ficaria conhecido como o responsável pela adoção do Plano Econômico que acabou com a inflação. (FILGUEIRAS, 2012).

Para se ter uma ideia, no dia 3 de outubro de 1994 a inflação na nova moeda adotada partindo de 1º de julho, o Real, era próxima de zero graças entre outros fatores a

[...] o Gustavo [Franco – membro da equipe econômica responsável pela implementação do Real], com o apoio interessado do Fernando Henrique [Cardoso], que queria eleger-se de qualquer maneira, [...] Mas cometeu o ‘pecado mortal’ de entrar na reforma monetária deixando sobrevalorizar o Real nominalmente até outubro, quando um Real valia muito mais que um dólar, [...] [deixando] a massa [população trabalhadora] [...] contentona! [...] o Gustavo Franco prometeu ao [candidato a] presidente: ‘com esse plano, eu não só garanto que o senhor ganha [as eleições] como vou lhe dar dois anos de tranquilidade, porque temos capacidade de absorção de recursos externos de até 2,5% do PIB.’ (Tavares, 1998, pp. 156-157).

A atividade econômica crescia, o poder aquisitivo dos salários havia sido mantido, na média, desde o início do ano, quando da criação da URV, e as classes de renda mais baixa compravam à prestação, conjuntura que deu a Cardoso a vitória nas eleições. (FILGUEIRAS, 2012).

4.4.3. AS REFORMAS DO ESTADO E DA ECONOMIA

As reformas e privatizações de que trataremos neste tópico foram alçadas desde o princípio como condições necessárias para o sucesso do Plano, além de terem sido a porta de entrada do país dentro de um novo modelo de desenvolvimento. (FILGUEIRAS, 2012).

Ainda no primeiro ano do mandato de FHC

[...] foram extintos o monopólio estatal nas áreas de prospecção, exploração e refino de petróleo; nas telecomunicações e na geração e distribuição de energia. Além disso, mudou-se o conceito de ‘empresa nacional’, para possibilitar igualdade de condições para as empresas estrangeiras, e desregulamentou-se a exploração do subsolo e a navegação costeira, permitindo-se, em ambas a atuação do capital estrangeiro. (Filgueiras, 2012, p. 110).

Durante o governo Itamar, 15 empresas estatais haviam sido vendidas, a Companhia Siderúrgica Nacional inclusa, arrecadando um total de US\$ 4 bilhões em receita de vendas, excluindo dívidas transferidas, sendo que a dívida bruta em 1995 já atingia a cifra de US\$ 159 bilhões. (Souza, 2008)

Em 1995, as privatizações arrecadaram US\$ 1,12 bilhão aos cofres públicos. Em 1996, com a alienação de parte do setor elétrico e da telefonia inclusos, arrecadou-se US\$ 4,23 bilhões. E, no final de 1998, quando o Estado alienara já 76% do seu patrimônio, incluindo a venda da Companhia Vale do Rio Doce em 1997, a arrecadação aos cofres, somando todas as vendas desde 1991, alcançou o montante de US\$ 19,96 bilhões. (SOUZA, 2008).

Entre os argumentos utilizados pelo Governo Cardoso em favor das privatizações estavam o atendimento de demandas de áreas sociais e também a redução da dívida pública (SOUZA, 2008).

O controle dos preços foi o que permitiu a estabilidade política necessária para a extensão e aceleração das privatizações (CUNHA, 2006). Dados do BNDES atestam que, desde o início Programa Nacional de Desestatização da presidência Collor, em 1991, até julho de 1999, 64 estatais foram vendidas, rendendo ao todo US\$ 28,8 bilhões – dos quais 68% com receita das vendas e 32% com transferência de dívidas (FILGUEIRAS, 2012). A tabela 8 que segue ilustra os resultados.

Tabela 8 – Resultados do Programa Nacional de Desestatização. 1991-jul./99 – US\$ milhões

Período	Nº de empresas	Receita de vendas	Dívidas transferidas	Total
1991	4	1.614	374	1.988
1992	14	2.401	982	3.383
1993	6	2.627	1.561	4.188
1994	9	1.966	349	2.315
1995	8	1.003	625	1.628
1996	11	4.080	669	4.749
1997	4	4.265	3.559	7.824
1998	7	1.574	1.082	2.737
até jul./99	1	49	-	49
Total	64	19.579	9.201	28.861

Fonte: BNDES Apud Filgueiras, 2012, p. 114.

A tabela 9 mostra, além do PND, a arrecadação com as privatizações do setor de telecomunicações e também as receitas e transferências conseguidas com vendas pelos estados da federação.

Tabela 9 – Privatizações – Resultados gerais**Resultados acumulados – 1991 – jul./99 – US\$ milhões**

Programa	Receitas de vendas	Dívidas transferidas	Resultado geral
Telecomunicações	26.978	2.125	29.103
PND	19.660	9.201	28.861
Privatizações Federais (PND + Telecomunicações)	46.638	11.326	57.964
Privatizações Estaduais	24.553	5.793	30.346
Total (Priv. Federais + Estaduais)	71.191	17.119	88.310

Fonte: BNDES Apud Filgueiras, 2012, p. 115.

Resumindo, somando as privatizações federais com as estaduais até julho de 1999, estas renderam aos cofres públicos US\$ 88,3 bilhões – US\$ 71,2 bilhões em receitas e US\$ 17,1 bilhões em transferências de dívida. Nota-se que o projeto de privatizações deslanchou de fato no governo Cardoso se se tem em conta que em Collor foram vendidas 18 estatais, arrecadando US\$ 4 bilhões, e no Governo Itamar vendeu-se 15 destas, acumulando um montante de US\$ 4,6 bilhões. (FILGUEIRAS, 2012).

4.5. LIMITAÇÕES ESTRUTURAIS

Havia, contudo, problemas estruturais neste gênero de desenvolvimento para o Brasil, sendo um dos mais graves, a tendência de déficit da balança comercial. Com o crescimento apoiado na liberalização das importações e na sobrevalorização do Real frente ao dólar, o volume e o valor das importações cresceram rapidamente enquanto as exportações se mantiveram estabilizadas. A partir de novembro de 1994, isto implicou em saldos negativos sucessivos da balança comercial. (Tabela 10).

Tabela 10 – Evolução do saldo da balança comercial brasileira 1994-1995 – US\$ milhões

Meses	1994	1995
	SALDO	SALDO
JAN	978	-304
FEV	748	-1.061
MAR	1.102	-922
ABR	1.483	-470
MAI	1.237	-692
JUN	1.229	-778
JUL	1.224	1
AGO	1.506	97
SET	1.521	480
OUT	656	334
NOV	-409	15
DEZ	-809	-52

Fonte: Banco Central Apud Filgueiras, 2012, p. 124.

De novembro de 1994 a março de 1995, o déficit acumulado na balança comercial atingiu US\$ 3,55 bilhões. Já na comparação do período de janeiro a março de 1994 com o mesmo período de 1995, o saldo da balança comercial foi de um superávit de US\$ 2,83 bilhões para um déficit de US\$ 2,33 bilhões, respectivamente. Resultado de incremento de 99,5% nas importações e crescimento de apenas 9,6% das exportações. (FILGUEIRAS, 2012).

Os saldos negativos da balança comercial a partir do final de 1994 foram compensados a princípio pela entrada de capitais estrangeiros de curto prazo no mercado financeiro, e também pela utilização das reservas em dólar acumuladas no período anterior ao Real, já que “Em 1994, o superávit comercial foi de US\$ 10,4 bilhões e, em 1993, de US\$ 12,9 bilhões”. (Filgueiras, 2012, p. 124). Além disso,

O déficit em conta corrente do primeiro semestre de 1995 correspondeu a 55% das exportações de mercadorias e a 4,2% do PIB. [...] O desequilíbrio externo produzido nessa primeira fase do Plano Real também se aproximava perigosamente dos anos que antecederam a crise da dívida externa dos anos 80. Entre 1978 e 1982, o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos do Brasil correspondera a 62,4% das exportações e a 4,7% do PIB, em média. (Batista Jr. 1996, p.151).

A fragilidade do “modelo Real” mostrou sua face já em 1995, quando da crise de liquidez do México, que adotara esquema similar. Em virtude desta crise, houve fuga de capitais do Brasil, caindo as reservas de US\$ 43 bilhões em julho de 1994 para US\$ 31,9 bilhões em abril de 1995 (tabela 11), redução de 25,8% em nove meses. A fuga desses capitais ameaçava a valorização do real frente ao dólar, e um conjunto de medidas foram tomadas com o objetivo de amenizar este impacto, como elevação do imposto sobre importação, incentivos à exportação, e aumentos na taxa de juros. (FILGUEIRAS, 2012).

Tabela 11 – Montante mensal das reservas internacionais 1994-1998 (US\$ milhões)

Meses	Anos				
	1994	1995	1996	1997	1998
JAN	-	38,278	53,540	58,951	53,103
FEV	-	37,998	55,794	59,405	58,782
MAR	-	33,742	55,753	58,980	68,594
ABR	-	31,887	56,769	56,171	74,656
MAI	-	33,731	59,394	59,279	72,826
JUN	-	33,512	59,997	57,615	70,898
JUL	43,090	41,823	59,521	60,331	70,210
AGO	42,981	47,660	59,643	63,056	67,333
SET	43,455	48,713	58,775	61,931	45,811
OUT	41,937	49,694	58,600	53,690	42,385
NOV	38,806	51,257	60,471	52,035	41,189
DEZ	38,278	51,840	60,110	52,173	44,556

Fonte: Banco Central Apud Filgueiras, 2012, p. 127.

Assim, cortes no orçamento no valor de R\$ 9,5 bilhões foram realizados, reduziu-se as despesas de custeio das estatais e bancos federais, e anunciou-se a inclusão da Companhia Vale do Rio Doce no programa de privatizações. (FILGUEIRAS, 2012).

Vale ressaltar que a Companhia Vale do Rio Doce, 3ª maior mineradora do mundo, foi vendida em 6 de maio de 1997, pelo valor de US\$ 3,3 bilhões, sendo que somente o seu patrimônio físico, na forma de equipamentos, fábricas, estradas de ferro, portos e navios era avaliado em US\$ 42 bilhões. (SOUZA, 2008).

As medidas tomadas obtiveram sucesso – já a partir de maio de 1995 – no seu objetivo de fazer retornar ao Brasil os capitais especulativos que se haviam esvaído, fechando o ano de 1995 com as reservas no patamar de US\$ 51,8 bilhões. (FILGUEIRAS, 2012).

A balança comercial apenas começou a ter saldos positivos a partir do segundo semestre de 1995, como resultado da queda das atividades produtivas durante o primeiro semestre e, sobretudo, da redução das importações. Dados da FIESP para São Paulo atestaram um crescimento em 20% no número de falências quando comparados os meses de janeiro a maio de 1994 com o mesmo período de 1995, e um crescimento de 162% no número de inadimplentes com suas obrigações, pessoas físicas e jurídicas, além disso, as contas públicas fecharam o primeiro semestre de 1995 com um saldo negativo da ordem de R\$ 1,5 bilhão. (FILGUEIRAS, 2012).

Deste modo,

Com os primeiros sinais de recuperação econômica no primeiro trimestre de 1996 [...] [o Governo realizou uma] ofensiva de *marketing*, afirmando que tinha chegado a hora da retomada do crescimento, do início de um novo ciclo de crescimento autossustentado, apoiado na definitiva estabilização dos preços. (Filgueiras, 2012, p. 134).

Entretanto,

[...] os elementos fundamentais do Plano, que seguravam a inflação em níveis muito baixos, continuavam colocando o país numa armadilha que contrapunha [...] inflação reduzida, com estagnação econômica ou crescimento medíocre e elevados níveis de desemprego, e [...] crescimento mais elevado, mas com risco de uma crise cambial. (Filgueiras, 2012, p. 135).

Deste modo, quando, a partir do segundo semestre de 1996, o ritmo das atividades acelerou, os déficits na balança comercial retornaram fortemente, como mostra a tabela que segue. Após déficit de US\$ 326 milhões no primeiro semestre (tabela 12), passou-se a um déficit de US\$ 5,22 bilhões no segundo semestre.

Tabela 12 – Evolução mensal do saldo da balança comercial brasileira 1996-1998 (US\$ milhões)

Meses	1996	1997	1998
	SALDO	SALDO	SALDO
JAN	33	-191	-663
FEV	-29	-1.403	-86
MAR	-469	-869	-766
ABR	197	-829	-225
MAI	269	-99	-364
JUN	-327	-346	41
JUL	-334	-716	-359
AGO	-291	-251	-644
SET	-655	-1.070	-800
OUT	-1.308	-762	-1.024
NOV	-853	-1.115	-1.006
DEZ	-1.787	-706	-594

Fonte: Relatório do Bacen e *Conjuntura Econômica* Apud Filgueiras, 2012, p. 135.

4.5.1. A CRISE DA RÚSSIA

Diante de mais uma crise de liquidez e confiança nos mercados financeiros internacionais, iniciada a partir da decretação de uma moratória por parte da Rússia no segundo semestre de 1998, o governo brasileiro, acuado dentro da prisão que ele mesmo construíra para si (o Real), não teve outra saída senão elevar a taxa de juros básica – de 19% para 29%, e logo depois para 49% -, con-

ceder mais facilidades para o capital estrangeiro, e em outubro anunciar um novo ajuste fiscal destinado ao período 1999/2001, com cortes de despesas e elevação de impostos. (FILGUEIRAS, 2012).

Os cortes projetados atingiram a 20% do orçamento comprimível da União (Outras Despesas Correntes e de Capital), resultando numa redução dos gastos, para 1999, da ordem de R\$ 8,7 bilhões. (Filgueiras, 2012, p. 140).

Os objetivos das medidas adotadas não eram novidade: obtenção de superávits primários das contas públicas, e redução do nível de atividade econômica, no intuito de diminuir os déficits da balança comercial através da queda nas importações e do estímulo às exportações. O resultado da crise russa no Brasil foi a perda de mais de US\$ 30 bilhões de reservas – caindo de US\$ 70 bilhões para algo em torno de US\$ 40 bilhões – em apenas 3 meses. (FILGUEIRAS, 2012).

As consequências sobre o nível de vida dos trabalhadores podem ser medidas tomando como base a evolução do desemprego aberto na região metropolitana de São Paulo mês a mês nos anos de 94, 97 e 98, mostrado na tabela 13.

Tabela 13 – Evolução mensal do desemprego aberto (%) Região metropolitana de São Paulo – 1994/1997/1998

Meses	1994	1997	1998
JAN	5,88	5,95	8,51
FEV	5,91	6,86	8,78
MAR	6,44	7,18	8,97
ABR	5,49	7,09	8,56
MAI	5,48	6,9	9,11
JUN	5,9	7,05	8,57
JUL	5,73	7,09	8,95
AGO	5,81	6,59	8,64
SET	5,78	6,51	8,68
OUT	4,78	6,68	8,88
NOV	4,13	6,1	8,12
DEZ	3,61	5,18	7,26

Fonte: IBGE / Pesquisa Mensal de Emprego – PME Apud Filgueiras, 2012, p. 146.

4.5.2. ACORDO COM O FMI EM DEZEMBRO DE 1998

Estrangulamento externo, risco de uma crise cambial, entre outros motivos, foram as principais razões pelas quais o Brasil firmou novo acordo com o FMI em dezembro de 1998, em situação parecida, em alguma medida, com o que ocorrera no início da década de 1980. A diferença entre os dois períodos mencionados é que, em 1998 o socorro financeiro foi pedido com a intenção de se antecipar ao colapso da economia e assim evitar a possibilidade mesmo de decretação posterior de uma moratória – o déficit em transações correntes havia atingido em outubro de 1998 o recorde de 4,4% do PIB, para se ter ideia da gravidade da situação. (FILGUEIRAS, 2012).

O empréstimo acertado no acordo foi de US\$ 41,5 bilhões – US\$ 18 bilhões do FMI, US\$ 4,5 bilhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), US\$ 4,5 bilhões do Banco Mundial (BIRD) e US\$ 14,5 bilhões dos países do G7, através do Banco de Compensações Internacionais (BIS). (FILGUEIRAS, 2012).

4.5.3. ANÁLISE COMPARATIVA DA BALANÇA DE PAGAMENTOS NOS PERÍODOS PRÉ E PÓS-REAL

A fragilidade do “modelo Real” mostrara sua face já na crise do México (dezembro de 94), que ficou cada vez mais exposta com as sucessivas crises internacionais de liquidez, dos países asiáticos (junho de 97), e da Rússia (agosto de 1998). A instabilidade se revelou no aparecimento de crescentes déficits da balança comercial brasileira, tendo como causas a abertura da economia e a sobrevalorização da moeda nacional, que expuseram o país às importações e minaram a competitividade das exportações, que cresceram em ritmo inferior ao das importações. Isto significa dizer que

A abertura econômica e a ‘âncora cambial’, necessitando de elevados níveis de reservas, foram sustentadas todo o tempo por altíssimas taxas de juros, o que implicou deterioração de **todas as outras variáveis macroeconômicas, exceto a inflação**. [...] [Isto gerou] taxa de crescimento do produto medíocre, com períodos de estagnação e recessão aberta, que levou ao aumento das taxas de desemprego, em virtude do fechamento de postos de trabalho na indústria ou do crescimento insuficiente da ocupação no comércio e nos serviços, tendo em vista o aumento de 2,7% ao ano da população economicamente ativa do país, com a entrada de 1,5 milhão de novas pessoas, todo ano, no mercado de trabalho, cuja absorção demandaria um crescimento do PIB a uma taxa média entre 6% e 7% ao ano. (FILGUEIRAS, 2012, p. 149-150, grifo nosso).

Cresceu o grau de dependência externa do país, destacando a dependência dos capitais de curto prazo, aumentando a dívida pública em dólares, e estimulando o setor privado nacional e internacional a especular com os títulos do Governo, tomando empréstimos externos a taxas de juros menores, e comprando títulos no Brasil com rendimentos superiores. (DE ÁVILA, 2006).

Analisando a conta de transações correntes do balanço de pagamentos em dois intervalos de tempo determinados, respectivamente o pré-real (90-94) e o pós-real (95-98) de acordo com Filgueiras (2012), constata-se que:

- (i) o déficit acumulado na conta de lucros e dividendos deu um salto, comparando o primeiro com o último, de 144%, tendo tido um saldo negativo de US\$ 7,1 bilhões no pré-real e US\$ 17,4 bilhões no pós-real;
- (ii) o montante de juros líquido pago foi praticamente o mesmo nos dois períodos, com a diferença da tendência de queda no primeiro, e a tendência de crescimento continuado, no segundo;
- (iii) se se inclui o ano de 1994 no segundo período – já que o Real já vigorava a partir do segundo semestre do mesmo – o montante líquido de juros pago passa a ter um crescimento acumulado de 38% entre os dois períodos;
- (iv) as viagens internacionais tiveram crescimento no déficit acumulado de 673%, indo de US\$ 1,9 bilhão para US\$ 14,7 bilhões.

Tabela 14 – Montantes acumulados na conta de transações correntes nos períodos pré e pós-Real (em US\$ bilhões)

Discriminação	PRÉ-REAL (90-94)	PÓS-REAL (95-98)
Balança comercial	60,3	-23,7
Balança de serviços	-70,6	-97,0
Transferências unilaterais	8,9	11,0
SALDO	-1,4	-109,7

Fonte: Banco Central Apud Filgueiras, 2012, p. 152.

Tabela 15 – Montantes acumulados nas contas do balanço de serviços nos períodos pré e pós-Real (em US\$ bilhões)

Balanço de serviços	PRÉ-REAL (90-94)	PÓS-REAL (95-98)
Viagens internacionais	-1,94	-14,66
Lucros e dividendos	-7,14	-17,44
Juros líquidos	-40,24	-40,48
Outros(1)	-19,56	-24,41

Fonte: *Conjuntura Econômica* – FGV Apud Filgueiras, 2012, p. 153.

(1) Transportes, seguros, despesas governamentais, entre outros.

Do ponto de vista da conta de capitais (FILGUEIRAS, 2012), comparando os dois períodos, conclui-se que:

- (i) o investimento líquido total cresceu 253% – de US\$ 17,4 bilhões para US\$ 61,6 bilhões;
- (ii) empréstimos e financiamentos cresceram 44,1%, passando de US\$ 105,4 bilhões para US\$ 151,9 bilhões;
- (iii) as amortizações cresceram apenas 2,5% comparando os dois períodos, de um déficit acumulado de US\$ 85,4 bilhões para déficit de US\$ 87,5 bilhões, com a importante ressalva de que, inserindo-se o ano de 1994 no segundo período, o crescimento do déficit da conta de amortizações alcança 294%.

Tabela 16 – Montantes na balança de capitais nos períodos pré e pós-Real (em US\$ bilhões)

Balança de capitais	PRÉ-REAL (90-94)	PÓS-REAL (95-98)
Investimento líquido total	17,44	61,63
Empréstimos e financiamentos	105,38	151,9
Amortizações	-85,45	-87,52
Outros	3,44	-20,29
SALDO	40,82	105,71

Fonte: *Conjuntura Econômica* – FGV (jan.-99) e Banco Central Apud Figueiras, 2012, p. 153.

4.5.4. DÍVIDA EXTERNA

Assim, a dívida externa bruta (DEB), que havia crescido no período pré-Real em US\$ 25,5 bilhões (20,7%), indo de US\$ 122,8 bilhões para US\$ 148,3 bilhões, cresceu, no mencionado pós-Real, uma soma equivalente a US\$ 77,1 bilhões (52%), terminando o período em US\$ 226,4 bilhões. (FILGUEIRAS, 2012).

Além disso, verifica-se em Souza (2008) que de 1995 a 2000, a dívida bruta cresceu 48% - de US\$ 159 bilhões a US\$ 236 bilhões.

Do lado da dívida externa líquida (DEL), como as reservas cresceram 292% no primeiro período - de US\$ 9,9 bilhões, em 1990, para US\$ 38,8 bilhões, em 1994 -, e 14,8% no segundo período, alcançando o montante de US\$ 44,6 bilhões, a DEL, que havia diminuído em 3% nos Governos Collor e Itamar Franco, “voltou a crescer no Governo Cardoso em 66%, o que significou um acréscimo no seu total de US\$ 72,3 bilhões” (FILGUEIRAS, 2012, p. 153-154), como demonstra a tabela 17.

Tabela 17 – Dívida externa e reservas internacionais 1990-1998, em US\$ milhões

Ano	Dívida bruta	Reservas internacio- nais	Dívida líquida
1990	122,83	9,97	112,85
1991	123,91	9,40	114,50
1992	135,95	23,75	112,19
1993	145,72	32,21	113,51
1994	148,29	38,80	109,49
1995	159,25	51,84	107,41
1996	179,93	60,11	119,82
1997	200,61	52,17	148,44
1998	226,39	44,55	181,84

Fonte: Banco Central.

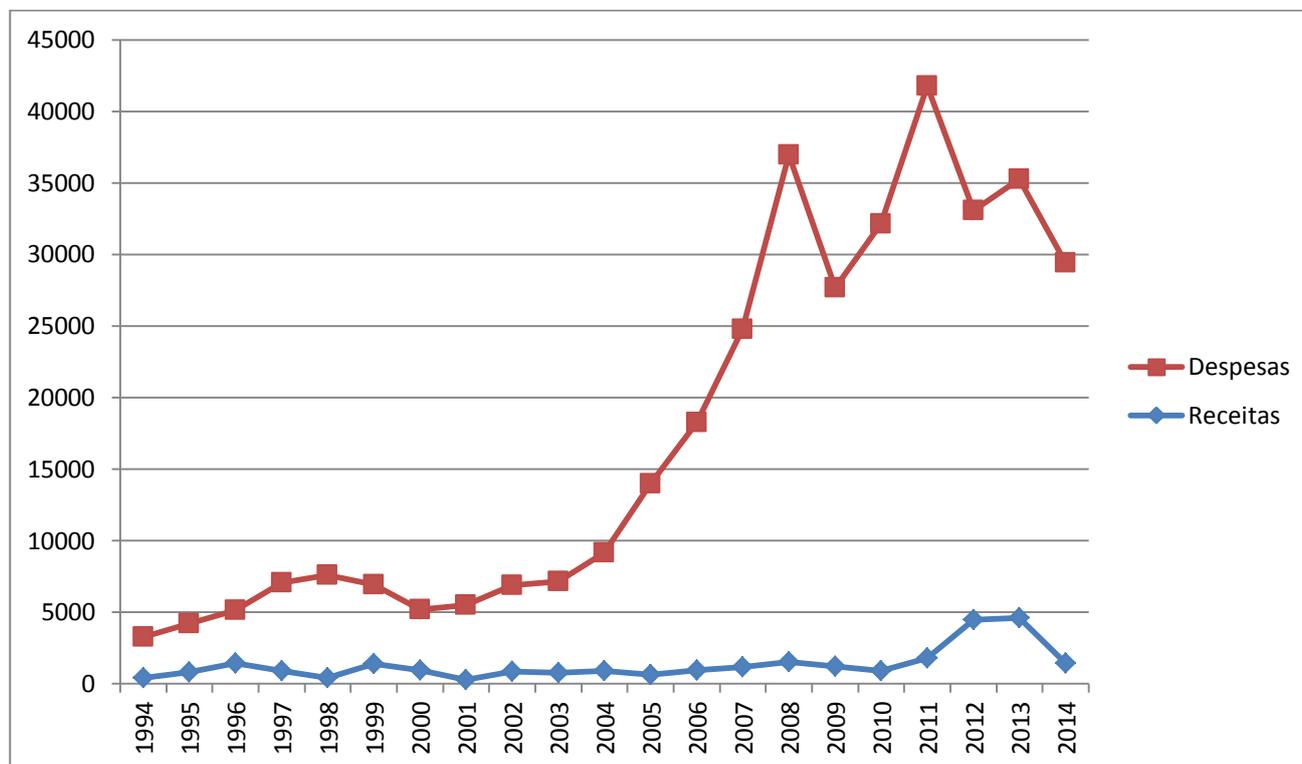
4.5.5. DÍVIDA INTERNA, DEPENDÊNCIA E DESMANTELAMENTO DA RIQUEZA NACIONAL: A ESTEIRA DO REAL

Os Governos Cardoso terminaram, mas sem dívida deixaram um legado de difícil resolução aos seus sucessores, o volumoso endividamento estatal, a dependência dos capitais estrangeiros e o “emburrecimento” industrial nacional, significando que a propriedade dos meios de produção em solo brasileiro passaram progressivamente para as mãos do capital externo, assim como uma gama crescente de produtos passou a ter de ser importada, aumentando o volume das divisas a serem remetidas ao exterior, seja por dependência tecnológica, seja por lucros remetidos às matrizes localizadas fora do país (gráfico 3).

No ano de 2000, o capital estrangeiro controlava, do que era produzido no Brasil, 90% do setor eletroeletrônico, 89% do setor de higiene, 77% de tecnologia em computação, 74% em tele-

comunicações, 74% em fármacos, 68% da indústria mecânica, 58% de alimentação, e 54% de plásticos e borracha. (Souza, 2008).

Gráfico 3 – Receitas e despesas com lucros e dividendos (1994-2014) – US\$ milhões



Fonte: Banco Central, elaboração própria.

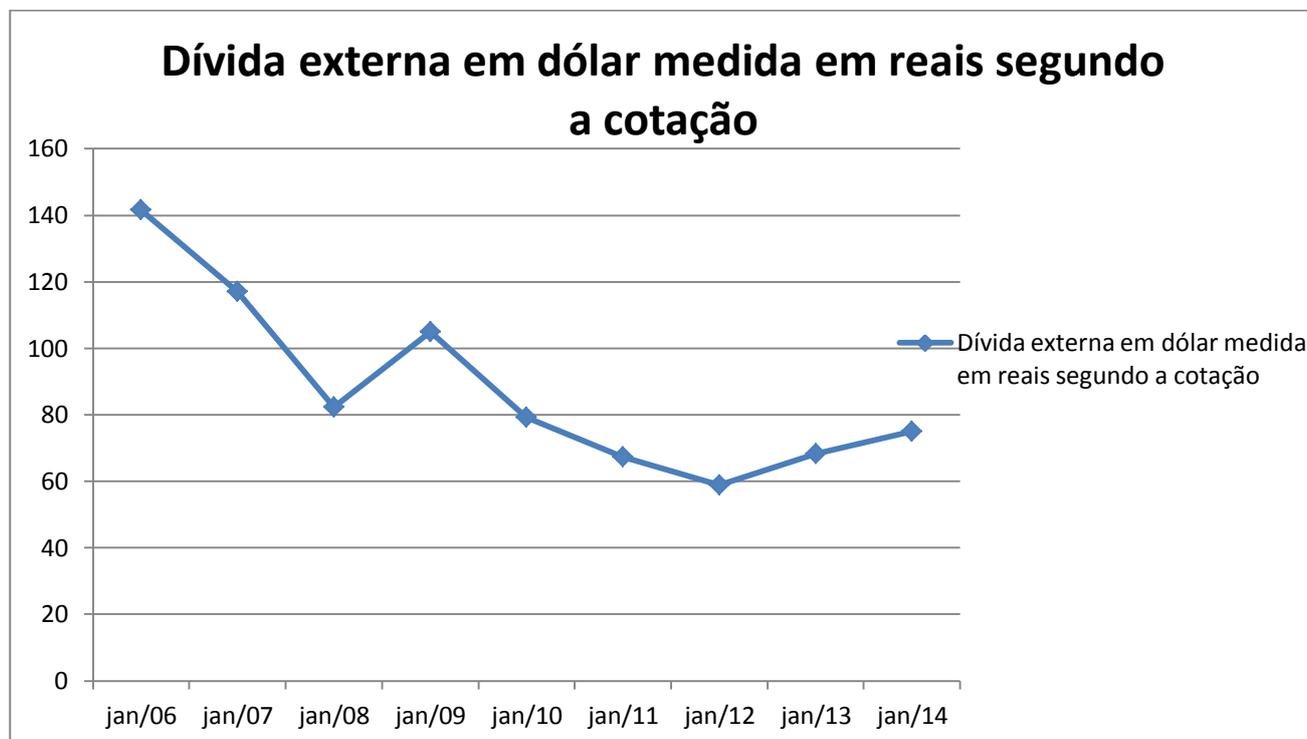
Além disso, dados do Banco Central atestam que a remessa de lucros média anual evoluiu, do biênio 91-92 ao biênio 95-96, de US\$ 619,5 milhões para US\$ 3,7 bilhões, nada menos que um crescimento de 497,25%. (SOUZA, 2008).

Tendo em conta que a economia política do Real vigora até os dias atuais (2019), e que não houve ruptura com o modelo, analisaremos daqui em diante, para finalizar o trabalho, o primeiro Governo Lula da Silva, a título de ilustração da conjuntura presente – ressalvadas obviamente as particularidades de dois momentos políticos distintos –, com ênfase na “engenharia da dívida” por ele operada.

A partir de dezembro de 2005, o Governo brasileiro pagou US\$ 15,5 bilhões ao FMI, quitou em abril de 2006 mais de US\$ 6,6 bilhões de títulos “Bradies”, eliminou a dívida com o Clube de Paris no valor de US\$ 1,8 bilhão até maio, e no ano de 2006 inteiro encerrou obrigações que soma-

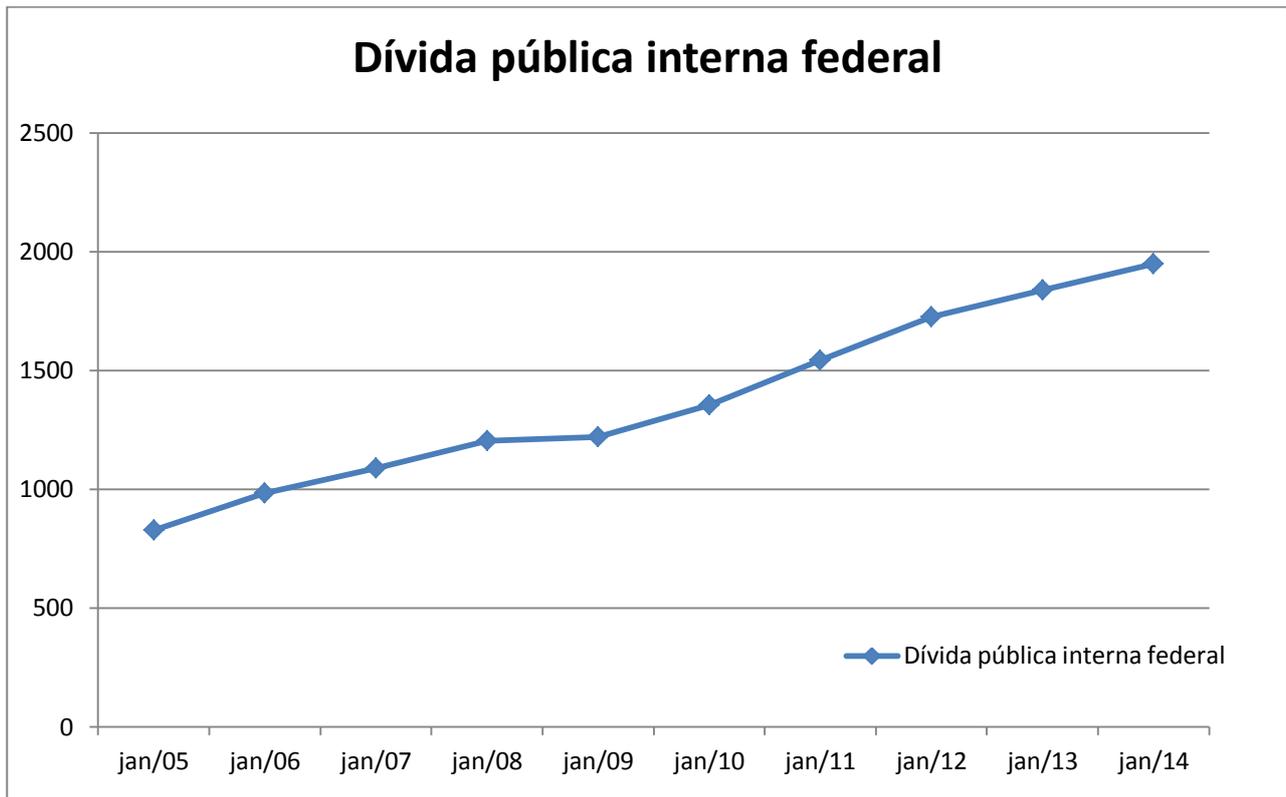
ram mais de US\$ 20 bilhões ao todo, tendo operado dentro da mesma lógica nos anos seguintes (DE ÁVILA, 2006), como se pode observar no gráfico 4.

Gráfico 4 – Dívida externa (jan/2006 – jan/2014) – R\$ bilhões



Fonte: Tesouro Nacional, elaboração própria.

Estes pagamentos antecipados representaram, na realidade, uma “troca” entre dívidas, a externa pela interna, esta possuindo os juros mais altos do mundo e prazos curtos, via de regra. Para realizar esta operação, o Banco Central comprou dólares no mercado e, com a pretensão de evitar uma súbita alta da inflação em reais, emitiu imediatamente títulos da dívida interna de igual valor. De janeiro a agosto de 2006, o BC já havia comprado US\$ 30 bilhões, que implicaram na emissão de títulos internos no valor de R\$ 66 bilhões – levando em consideração a taxa de câmbio de R\$ 2,2 por dólar na média do período. Apenas nos primeiros 7 meses de 2006, a dívida interna já havia crescido R\$ 107 bilhões. (DE ÁVILA, 2006).

Gráfico 5 – Dívida pública interna federal (jan/2005 – jan/2014) – R\$ bilhões

Fonte: Tesouro Nacional, elaboração própria.

O Governo Lula da Silva alardeou o pagamento da dívida com FMI como uma vitória da economia nacional (DE ÁVILA, 2006), uma vez que os acordos com esta instituição haviam custado num passado recente a perda da soberania na formulação e execução de políticas econômicas nacionalmente a partir de determinadas cláusulas

[...] comprometeu-se o Governo, em memorando [...] de 13 de novembro de 1998, assinado por ambas as partes, em manter o mesmo regime cambial, [...] prosseguir com a abertura comercial, não impondo restrições comerciais que fossem incompatíveis com os compromissos da OMC ou, ‘no contexto do programa com o FMI, restrições por motivo de balança de pagamentos’; acelerar as privatizações e a aprovação das reformas liberais e realizar um programa de ajuste fiscal para três anos (1999/2001), assumindo metas com relação à obtenção de superávits primários fiscais e ao pagamento de juros. (FILGUEIRAS, 2012, p. 142-143).

Entretanto, a dívida externa foi, na realidade, “trocada” por uma dívida interna cujo perfil analisaremos a seguir.

A abertura financeira realizada a partir dos anos 1990 fez com que as dívidas interna e externa pudessem ter características muito parecidas.

As altas taxas de juros estabelecidas internamente estimulavam as empresas – especialmente os bancos – nacionais a tomarem empréstimos no exterior (que possuíam juros mais baixos), para comprar os títulos da dívida interna. Ao mesmo tempo, investidores estrangeiros traziam seus dólares ao país para emprestar reais (moeda brasileira) ao governo. (DE ÁVILA, 2006, p. 3).

Nos anos 1990, muitos bancos estrangeiros se instalaram no Brasil, assim como muitos bancos nacionais foram vendidos a investidores externos. Estes bancos também são credores da dívida interna, e remetem os seus lucros ao exterior, significando que parte da dívida interna “é apenas uma nova roupagem da ‘dívida externa’.” (DE ÁVILA, 2006, p. 6).

Além disso, segundo De Ávila (2006), no ano de 2006 as remessas de lucro ultrapassaram o montante das despesas com juros, o que pode ser tomado como ponto de partida para concluir que o setor financeiro estrangeiro, sem contar as empresas não financeiras e estrangeiras, tem aumentado seus lucros com a dívida interna.

A análise do orçamento federal de janeiro a junho do ano de 2006 em De Ávila (2006) reafirma as teses supramencionadas e que são embasadas em estatísticas oficiais.

Somando um total de R\$ 347 bilhões, os gastos federais foram divididos em 0,19% com organização agrária, 0,16% em transporte, 0,26% em ciência e tecnologia e 0,00% em habitação e saneamento. Para se ter ideia da disparidade no volume de despesas, se somados os serviços da dívida interna mais o serviço da dívida externa desconsiderando os refinanciamentos como parte do orçamento, o Governo gastou 34,37% do orçamento com os serviços das dívidas contra 27,43% com a previdência social. (DE ÁVILA, 2006).

Tabela 18 – Dívida interna federal – Distribuição por credor em 2006

Credor	Percentual (%)
Bancos nacionais e estrangeiros	49%
Fundos de investimento	27%
Fundos de pensão	17%
Empresas não financeiras	6%
Outros	1%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Previdência Complementar (2006).

Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida Apud DE ÁVILA, 2006, p. 5.

Obs: inclui-se na rubrica “Bancos nacionais e estrangeiros” as operações de mercado aberto e os “títulos vinculados”, ou seja, aqueles depositados pelas instituições financeiras juntos ao Banco Central para depósitos compulsórios, garantias de operação em Bolsa de Valores, dentre outras finalidades. Isto pois as instituições financeiras recebem os juros relativos a estes títulos.

Mesmo com a discriminação de credores fornecida pela Secretaria do Tesouro Nacional em 2006 em grandes blocos, não é possível identificar qual é a real parcela do volume dos títulos que era detida por bancos multinacionais à época. Além disso, com relação à rubrica Fundos de investimento:

Em resposta ao Requerimento 3513/2005, da Câmara dos Deputados, que solicitava a participação dos grandes e pequenos investidores dos Fundos de Investimento, o Governo respondeu: ‘por não ser a entidade supervisora de (...) fundos de investimento, o Banco Central não detém os dados de seus participantes ou cotistas.’ (DE ÁVILA, 2006, p. 6).

Esta postura do Governo em relação à transparência sobre os credores da dívida interna serve para torná-la legítima, já que alegava que os pequenos investidores, incluída a classe média, seriam os maiores participantes destes fundos, e uma eventual auditoria prejudicaria a maior parte da

população. Entretanto, a quantidade de investidores em 2006 dos Fundos de investimento segundo a Comissão de Valores Mobiliários, entidade federal, era de 5 milhões, 2,7% da população brasileira à época. (DE ÁVILA, 2006).

Portanto, a participação dos bancos e investidores estrangeiros na dívida interna não está clara. No entanto, há determinadas operações financeiras efetuadas por bancos estrangeiros que podem dar indícios dessa participação (DE ÁVILA, 2006), notadamente:

O **NDF** (*Non-deliverable Forward*), que é um investimento estrangeiro em um título da dívida interna, que ocorre através do contato do investidor estrangeiro com um banco multinacional que possua filial no Brasil e a realização de um contrato de investimento. O banco compra títulos da dívida interna brasileira – ou mesmo aplica recursos em fundos de investimento brasileiros – e repassa os ganhos da aplicação ao investidor externo, mediante uma taxa de administração. O interessante desta operação é que os dólares do investidor não chegam a entrar no Brasil, e o banco recebe a taxa de administração fora do país, às vezes em paraísos fiscais, e paga os juros ao contratante, remetendo-os para fora no formato de remessas de lucro.

No início de 2006, o Governo isentou do imposto de renda os estrangeiros que investissem na dívida interna, afirmando que estes teriam propensão a comprar títulos de maior prazo, melhorando o perfil da dívida. Entretanto, em maio, após uma alta da taxa de juros nos Estados Unidos, estes investidores, que haviam recentemente comprado os títulos brasileiros, fugiram para o exterior, mas não sem enfrentar um problema: aqueles que haviam adquirido títulos de longo-prazo teriam dificuldade para vendê-los pelo mesmo valor ou até por valor maior que o valor de face devido ao prazo destes. (DE ÁVILA, 2006).

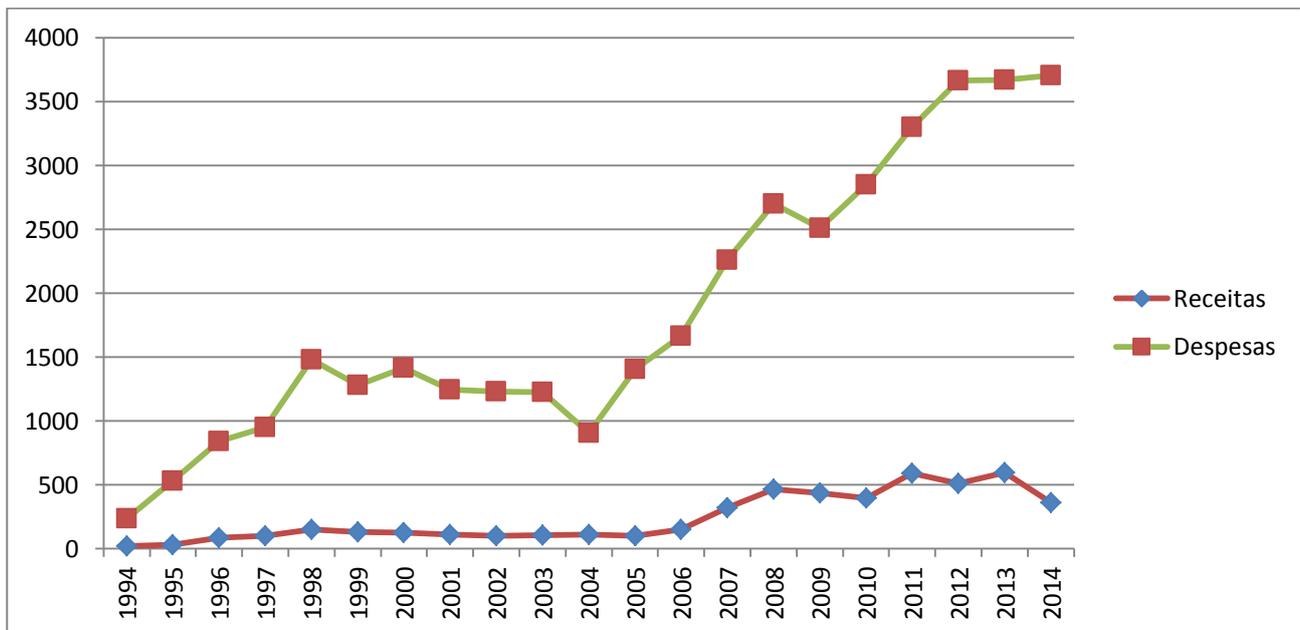
O que ocorreu foi que, estes investidores estrangeiros que também possuíam investimentos de menor prazo, começaram a vender seus ativos e fugir do país, pressionando o preço do dólar para cima. Aquilo que poderia convencê-los a estancar a fuga seria que o Governo brasileiro aumentasse os juros.

Um aumento nos juros traria prejuízos ao presidente Lula em um ano eleitoral. Naquele momento, o governo preferiu simplesmente gastar [num intervalo de 3 dias] R\$ 4 bilhões para recomprar antecipadamente os títulos dos estrangeiros, por seu valor total, para permitir a fuga de capitais! (DE ÁVILA, 2006, p. 7).

5. CONCLUSÕES

O setor mais dinâmico das economias globais é a indústria, tendo os países com maior produtividade do trabalho vantagens econômicas e sociais sobre os demais. O Plano Real permitiu que a indústria brasileira fosse desmontada e gerou um passivo externo enorme ao fazê-lo baseado na âncora cambial, passivo esse usado como justificativa para as privatizações, que combinadas com a abertura comercial sem o devido investimento estatal (o Estado estava “quebrado”) em pesquisa e desenvolvimento, criaram uma segunda fonte produtora de passivo externo: o crescente volume de remessas de lucro, de pagamento de royalties e licenças (gráfico 2), aluguel de equipamentos, além da pressão exercida pelas importações sobre a balança comercial.

Gráfico 2 – Despesas e receitas com Royalties e licenças (1994-2014) – US\$ milhões



Fonte: Banco Central, elaboração própria.

Isto não significa que a superação do subdesenvolvimento deva ser apoiada apenas no desenvolvimento das forças produtivas (fábricas, informática, robótica), embora o deva também. Resta, contudo, a análise das relações econômicas em nível global e dos problemas que se apresentam hoje mesmo nos polos desenvolvidos do capitalismo, América do Norte e União Europeia. Os EUA numa crescente concentração de renda há mais de 40 anos, e a União Europeia, por seu turno, impondo medidas de austeridade a populações historicamente assistidas pelo estado de bem-estar social.

O problema reside, com certa margem de segurança, no fato de a sociedade ser pautada na reprodução ampliada dos valores de troca, e tratar a reprodução ampliada e o consumo dos valores de uso como subordinada ao interesse da taxa de lucro – sobretudo na era da financeirização do capital, e da alimentação das bolhas comerciais como fonte principal do lucro de parte significativa das elites globais.

A lei da queda tendencial da taxa de lucro a partir do aumento da composição orgânica do capital, anunciada por Marx, parece ter previsto cenário parecido... Trata-se, portanto, de levar a sério o estudo das experiências socialistas do século XX, assim como empreender esforço comprometido na compreensão das bases fundadoras da sociedade capitalista a partir dos autores menos passionais, românticos, e apologéticos. Longe de significar procurar por autores neutros, esta recomendação visa ao afastamento das interpretações e práticas carnavalescas e irresponsáveis à direita e à esquerda. Aí pode residir a chave para fazer dos filósofos não mais meros interpretadores mas transformadores conscientes da sua realidade.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Estatísticas do setor externo**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2019.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. **Estud. av.**, São Paulo, v. 10, n. 28, p.127-197, Dec. 1996. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000300007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 11 Nov. 2019.

BRITO, Leonardo de. Marx contra o marxismo doutrinário. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 54, n. 1, p.140-142, jan/abr 2018.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global Editora, 1985.

CUNHA, Patrícia Helena F. A estabilização em dois registros. **Estud. Econ.**, São Paulo , v. 36, n. 2, p.383-402, jun. 2006. disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612006000200008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 10 nov. 2019.

DE ÁVILA, Rodrigo. “Dívida interna”: A nova face do endividamento externo. In: PRIMER SIMPOSIO INTERNACIONAL SOBRE DEUDA PÚBLICA, AUDITORIA POPULAR Y ALTERNATIVAS DE AHORRO E INVERSIÓN PARA LOS PUEBLOS DE AMERICA LATINA. 2006, Caracas. **Anais...** Caracas: Auditoria Cidadã da Dívida – Brasil, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política : livro 1 : o processo de produção do capital**. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

NAKAMURA, Danilo Chaves. A recepção das ideias de Marx e Engels na Rússia. **Revista O Olho da História**, São Paulo, v. 1, n. 26, p.1-10, 26 mar. 2018.

NAPOLEONI, Claudio. **Smith, Ricardo, Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

OURIQUES, Nildo. **O colapso do figurino francês**. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2015.

SICSÚ, João. A URV e sua função de alinhar preços relativos. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.84-85, jun. 1996.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Internacional Contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008.** 2009a. Atlas, São Paulo. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwippYDZxN_kAhXJHLkGHQ6MAycQFjAAegQIBBAC&url=http%3A%2F%2Fwww.uern.br%2Fprofessor%2Farquivo_baixar.asp%3Farq_id%3D6199&usg=AOvVaw1C1jSoQ20p-fNY2O_KEIzD>. Acesso em: 20 set. 2019.

SOUZA, N Nilson Araújo de. **Economia Internacional Contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008.** São Paulo: Atlas. 2009b, São Paulo.

TAVARES, Maria da Conceição. Poder, dinheiro e vida intelectual. Entrevista concedida a Haddad, F. *Teoria e Debate*, n.37, mai. 1998.

TESOURO NACIONAL. **Tesouro Transparente.** Disponível em: <<http://www.tesourotransparente.gov.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

UNICURITIBA (Curitiba) (Comp.). **O Funcionamento da Economia Capitalista: a perspectiva burguês-nacionalista.** 2010. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/list_friedrich_entrevista_maio_de_1841.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2019.